

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - UFPEL
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E TURISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PROFIAP**

PAULA DE OLIVEIRA MOITINHO RIPPEL

**AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
PELOTAS: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DOS INSTRUMENTOS DE
AVALIAÇÃO EXTERNA DE CURSOS DO SINAES.**

PELOTAS, 2019

Paula de Oliveira Moitinho Rippel

**AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
PELOTAS: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DOS INSTRUMENTOS DE
AVALIAÇÃO EXTERNA DE CURSOS DO SINAES.**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em
Administração Pública - PROFIAP, da Universidade Federal de
Pelotas - UFPel, como requisito parcial à obtenção do título de
Mestre em Administração Pública.**

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Serpa Pinto

Pelotas, 2019

Paula de Oliveira Moitinho Rippel

**AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
PELOTAS: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DOS INSTRUMENTOS DE
AVALIAÇÃO EXTERNA DE CURSOS DO SINAES.**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração Pública -
PROFIAP, da Universidade Federal de Pelotas - UFPel, como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre em Administração Pública, aprovado pela comissão abaixo
assinada:**

Prof. Dr. Rodrigo Serpa Pinto

Orientador – UFPel

Prof^a. Dr^a. Isabel Cristina Rosa Barros Rasia

UFPel

Prof. Dr. Júlio Carlos Balzano de Mattos

UFPel

Pelotas, abril de 2019.

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

R593a Rippel, Paula de Oliveira Moitinho

Avaliação dos cursos de graduação da universidade federal de pelotas : uma análise sob a ótica dos instrumentos de avaliação externa de cursos do sinaes. / Paula de Oliveira Moitinho Rippel ; Rodrigo Serpa Pinto, orientador. — Pelotas, 2019.

98 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação Profissional em Administração Pública em Rede Nacional, Faculdade de Administração e de Turismo, Universidade Federal de Pelotas, 2019.

1. Sinaes. 2. Avaliação de curso. 3. Ensino superior. 4. Estudo de caso. I. Pinto, Rodrigo Serpa, orient. II. Título.

CDD : 351

AGRADECIMENTOS

À minha mãe e à minha irmã, Jussara e Patrícia, por todo amor, paciência e ensinamentos.

Ao meu marido Henrique, pela paciência, companheirismo e incentivo.

À minha filha Luzia, pela inspiração e força para trilhar o meu caminho.

Aos amigos e colegas de trabalho, em especial à Alessandra Soares Lemes Moraes, à Maria Luiza Koglin e à Paula Lemoes Haertel Wieth, pela amizade, pelas experiências divididas e pela descontração mesmo nos dias de trabalho mais estressantes.

Ao Professor Dr. Rodrigo Serpa Pinto, meu orientador, por todo apoio e direção dada a esta pesquisa.

À banca, pelas contribuições e correções a este trabalho.

À Universidade Federal de Pelotas, pelas inúmeras possibilidades de aprendizado e qualificação profissional.

RESUMO

RIPPEL, Paula de Oliveira Moitinho. Avaliação dos cursos de graduação da Universidade Federal de Pelotas: uma análise sob a ótica dos instrumentos de avaliação externa de cursos do Sinaes. Ano: 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) – Programa de Pós-Graduação em Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP, Faculdade de Administração e de Turismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

Este trabalho apresenta um estudo de caso sobre as avaliações *in loco* recebidas pelos cursos da Universidade Federal de Pelotas, capitaneadas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, sob a ótica dos Instrumentos de avaliação externa de curso de 2012 e 2015. O período estudado corresponde ao intervalo entre maio de 2012 e dezembro de 2017, quando a UFPel recebeu 77 visitas *in loco* em processos para reconhecimento ou renovação de reconhecimento de seus cursos de graduação. Esta dissertação traz um breve referencial teórico, descrevendo o SINAES e seus principais aspectos, e faz uma análise qualitativa sobre as diversas avaliações ocorridas no período estudado, dando uma visão geral de como o processo de regulação e avaliação de cursos se deu na Universidade no período investigado. A partir da análise dos relatórios das 77 avaliações *in loco*, pode-se concluir que apenas 4 dessas receberam conceito de curso igual a 5, ou seja, “excelente”. Para obter os dados para essas análises, foram tabulados os conceitos nas três dimensões avaliadas pelos Instrumentos – Organização Didático-Pedagógica; Corpo Docente e Tutorial; e Infraestrutura -, além do cumprimento dos Requisitos Legais. A partir desses dados, foram elencadas as principais fragilidades encontradas nas avaliações dos cursos, na visão das comissões de avaliadores do INEP. Como resultado, pode-se concluir que a Dimensão “Infraestrutura” é a que apresenta maior número de indicadores com fragilidades, seguida da Dimensão “Organização Didático-Pedagógica”, tanto para as avaliações sob a ótica do Instrumento de avaliação externa de cursos de 2012, quanto no de 2015. Para complementar os dados obtidos através da análise dos relatórios das avaliações, foram conduzidas entrevistas com os gestores dos setores/pró-reitorias responsáveis pelos indicadores que apresentaram o maior índice de conceitos 1, 2 e 3. A partir dessas interlocuções, buscou-se identificar se e como os resultados das avaliações externas de curso são utilizados no planejamento e tomada de decisão institucionais para melhoria da qualidade de seus cursos de graduação. Inferiu-se que, apesar de haver preocupação da gestão com as avaliações *in loco* e ações para a melhoria das fragilidades de seus cursos, estas, em sua maioria, são pontuais e não institucionalizadas, ou seja, são postas em prática para contornar problemas encontrados em determinada avaliação, não sendo utilizadas para a criação de uma cultura avaliativa na Instituição. Como proposta de intervenção, o presente estudo sugeriu a criação de uma comissão permanente para o acompanhamento dos processos de regulação e avaliação, com foco em ações proativas e de maneira institucionalizada.

Palavras-chave: SINAES; Avaliação de Curso; Estudo de Caso; Ensino Superior

ABSTRACT

RIPPEL, Paula de Oliveira Moitinho. Avaliação dos cursos de graduação da universidade federal de pelotas: uma análise sob a ótica dos instrumentos de avaliação externa de cursos do Sinaes. Ano: 2019. Dissertation (Professional Master in Public Administration) – Programa de Pós- Graduação em Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP, Faculdade de Administração e de Turismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

This paper presents a case study on evaluations *in loco* received by the courses of the Federal University of Pelotas, headed by the National System of Evaluation of Higher Education - SINAES, from the perspective of the external evaluation instruments of courses of 2012 and 2015. The period studied corresponds to the interval between May 2012 and December 2017, when UFPel received 77 visits *in loco* in processes for recognition or renewal of recognition of its undergraduate courses. This dissertation brings a theoretical reference, describing the SINAES and its main aspects, and makes a qualitative analysis about the several evaluations that took place during the studied period, giving an overview of how the process of regulation and evaluation of courses occurred in the University in the period under study. From the analysis of the reports of the 77 on-site evaluations, it can be concluded that only 4 of these received a course concept equal to 5, that is, "excellent". To obtain the data for these analyzes, we tabulated the concepts in the three dimensions evaluated by the Instruments - Didactic-Pedagogical Organization; Faculty and Tutorial; and Infrastructure - in addition to complying with the Legal Requirements. Based on these data, the main fragilities found in the course evaluations were highlighted, in the view of the commissions of evaluators of INEP. As a result, it can be concluded that the "Infrastructure" dimension is the one with the greatest number of fragile indicators, followed by the Dimension "Didactic-Pedagogical Organization", both for the evaluations from the perspective of the 2012 External Course Evaluation Instrument, as well as in 2015. In addition to the data obtained through the analysis of the evaluation reports, interviews were conducted with the managers of the sectors / departments responsible for the indicators that presented the highest index of concepts 1, 2 and 3. From these interlocutions, we sought to identify if and how the results of the external evaluations of course are used in institutional planning and decision making to improve the quality of their undergraduate courses. It was inferred that, although there is concern of management with on-site evaluations and actions to improve the weaknesses of their courses, these are mostly punctual and non-institutionalized, that is, they are put into practice to overcome problems encountered in a given evaluation, and are not used for the creation of an evaluation culture in the Institution. As a proposal for intervention, the present study suggested the creation of a permanent committee to follow up the processes of regulation and evaluation, focusing on proactive and institutionalized actions.

Keywords: SINAES; Course Evaluation; Case study; Higher education

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Roteiro da Entrevista com gestores	38
Quadro 2 - Síntese de indicadores da Dimensão 1 – Organização Didático-Pedagógica com maior percentual de fragilidades apontadas pelos avaliadores nas avaliações in loco	48
Quadro 3 - Síntese de indicadores da Dimensão 2 – Corpo Docente e Tutorial com maior percentual de fragilidades apontadas pelos avaliadores nas avaliações in loco	51
Quadro 4 - Síntese de indicadores da Dimensão 3 – Infraestrutura com maior percentual de fragilidades apontadas pelos avaliadores nas avaliações in loco	53
Quadro 5 - Síntese dos Requisitos Legais com maior percentual de não-atendimento apontados pelos avaliadores nas avaliações in loco	56

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Pesos das Dimensões nos Processos Avaliativos do SINAES	32
Tabela 2 - Descrição dos Conceitos obtidos a partir da Avaliação in loco.	32
Tabela 3 - Número de avaliações recebidas pelos cursos de graduação da UFPel, conforme Instrumentos de avaliação externa de cursos de 2012 e 2015.	44
Tabela 4 - Número de avaliações recebidas pelos cursos de graduação da UFPel, no período de maio de 2012 a dezembro de 2017	45
Tabela 5 - Número de Indicadores avaliados por dimensão, por instrumento de avaliação externa de cursos.	46
Tabela 6 - Conceitos de Cursos obtidos pelas graduações avaliadas da UFPel, no período de maio de 2012 a dezembro de 2017.	47
Tabela 7 - Conceitos por dimensão e Conceitos finais obtidos pelos Cursos avaliados no período estudado	47
Tabela 8 - Quantidade/Conceitos obtidos pelos Cursos de graduação da UFPel avaliados no período estudado – Instrumento de Avaliação Externa - 2012	52
Tabela 9 - Quantidade/Conceitos obtidos pelos Cursos de graduação da UFPel avaliados no período estudado – Instrumento de Avaliação Externa - 2015	63

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1 Delimitação da Problemática da Pesquisa	14
1.2 Objetivos e Justificativa	14
2. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR	18
2.1 Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI	20
2.2 Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES	23
2.2.1 Avaliação de Cursos de Graduação	28
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	34
3.1 Características da Pesquisa	36
3.2 Categorias de Análise	39
3.3 Operacionalização da Pesquisa	40
3.4 Campo de Pesquisa	41
4. ANÁLISE DE DADOS	43
4.1 Dimensão 1 - Organização Didático-Pedagógica	48
4.2 Dimensão 2 – Corpo Docente e Tutorial	51
4.3 Dimensão 3 – Infraestrutura	53
4.4 Requisitos Legais	56
4.5 Entrevistas	58
5. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	65
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
Referências	74
Anexo 1	81
Anexo 2	83
Apêndice 1	86
Apêndice 2	87
Apêndice 3	90
Apêndice 4	94

1. INTRODUÇÃO

O ato de avaliar implica muito mais do que simplesmente emitir conceitos e opiniões. A avaliação requer uma análise mais aprofundada dos dados e dos processos existentes, visando a constante melhoria dos níveis de qualidade e o planejamento das ações futuras.

O substantivo avaliação se refere à análise de situações, ações e conjunturas, a partir de uma visão detalhada do meio em que estão inseridos, de modo a absorver as particularidades, visando a sua qualificação (BELLONI, MAGALHÃES & SOUSA, 2007).

Logo, avaliar nada mais é que mensurar os resultados de uma ação em uma análise dos objetivos iniciais do projeto, visando medir a sua efetividade. No âmbito da Educação Superior, um dos propósitos aos quais a avaliação é utilizada, é para aferir se os cursos de graduação e pós-graduação, assim como as Instituições de Educação Superior – (IES) -, possuem a qualidade mínima proposta pela legislação para a continuidade de sua oferta.

Nesse sentido, a avaliação serve como instrumento para a realização de ações de qualificação e de organização de cursos e instituições, buscando graduar o seu planejamento de ações educacionais e administrativas, resultando em maior qualidade nos serviços prestados à sociedade (REIS, 2003).

Segundo Dias Sobrinho (2008, p. 823), “a avaliação é um instrumento poderoso não só para valorar o desenvolvimento do sistema educativo, como também para induzir práticas e fortalecer estratégias e políticas coerentes com os grandes objetivos sociais”, e afirma que a avaliação “se torna plenamente significativa quando interroga a respeito dos significados e valores, pergunta pelas causas e pelas possibilidades de superação dos problemas, investe em programas e projeta futuros a serem construídos.”

O objetivo da atividade avaliativa nada mais é que a profunda análise das ações institucionais, buscando identificar as excelências e as fragilidades desse processo, a fim de traçar planos e metas para a correção dos problemas e para a manutenção dos pontos fortes e diferenciais (BELLONI, 1999).

Para a efetividade do processo avaliativo, toda a comunidade deve estar envolvida nas ações que visam garantir o funcionamento dos cursos e Instituições. Além disso, o processo deve ser contínuo, promovendo melhorias constantes, visando sempre o aumento dos níveis de qualidade da educação superior.

Nesse sentido, torna-se necessário o envolvimento da gestão para uma avaliação bem sucedida em termos de proposta de ações advindas da análise dos relatórios dos processos

avaliativos, mas também é de extrema importância a participação de todos os atores envolvidos no processo, ou seja, docentes, discentes, técnicos administrativos e a comunidade beneficiada pelos serviços educacionais (BOTELHO, SANTOS, SOUZA & LIMA, 2014).

Entre as principais utilidades da avaliação na educação superior podem-se citar a construção de padrões para mensuração e garantia de qualidade; o aprimoramento dos serviços educacionais prestados; a melhoria da prestação de contas à sociedade; o controle dos recursos financeiros injetados pelo Poder Público nas Instituições versus a qualidade dos serviços educacionais disponibilizados à população; dentre outras (RODRÍGUEZ GÓMEZ APUD BARREYRO E ROTHEN, 2004).

O processo avaliativo da Educação Superior deve estar atrelado à busca pela qualidade dos serviços educacionais, devendo o Estado zelar pelo atendimento dos padrões mínimos de qualidade em todas as Instituições de Ensino Superior do País. Para isso, se faz necessário um processo abrangente, em termos territoriais e qualitativos, pois deve avaliar as Instituições em todo território nacional, levando em conta as características individuais e inovadoras de cada IES.

Implementado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES - tem como principal objetivo instituir um processo de avaliação que envolva das instituições de ensino superior do país, seus cursos de graduação e o desempenho acadêmico de seus alunos (BRASIL, 2004). A partir dessa normativa, o famoso tripé de avaliação – avaliação institucional, avaliação de cursos de graduação e avaliação do desempenho dos estudantes – começa a ser amplamente promovido em todo o País.

A partir dessa proposta, o sistema pretende garantir a característica formativa e instrutiva da avaliação, buscando aliar as perspectivas internas e externas para gerar crescimento da qualidade no Ensino Superior (SAFANELLI *ET AL*, 2017).

Com esse sistema avaliativo, inicia-se um novo período de controle estatal sobre a qualidade dos serviços educacionais prestados pelas IES, além de aumentar a prestação de contas com a sociedade em relação ao montante de recursos investidos na educação superior, indo ao encontro da tendência mundial de busca por níveis de excelência dos serviços educacionais (OLIVEIRA, SOUZA, SOUSA E TAVARES, 2013).

Em nosso País, os resultados dos processos avaliativos, ao objetivar a elevação da qualidade da educação superior, são utilizados como instrumentos norteadores das políticas públicas para concessão de investimentos para os cursos de graduação e pós-graduação, onde

os conceitos obtidos, as condições de oferta e os aspectos inovadores são considerados para o provimento de recursos públicos pelo Estado (ANDRADE, 2011).

O presente estudo foca em um dos processos avaliativos do SINAES, a avaliação de cursos de graduação, e apresenta um estudo de caso sobre as avaliações dos processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), no período de maio de 2012 a dezembro de 2017.

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, conhecido como REUNI, foi implementado pelo Decreto nº 6.906, de 24 de abril de 2007, e tinha como principal objetivo prover recursos financeiros às Instituições Federais de Educação Superior para a promoção da expansão da oferta e aumento da taxa de permanência no ensino superior, propondo a criação e o reforço das iniciativas que levassem ao aumento de vagas e de cursos oferecidos pelas instituições. Ao mesmo tempo, apoiava o aproveitamento das estruturas físicas dos cursos já existentes e, também, a ampliação do quadro de docentes e técnico-administrativos qualificados, no intuito da elevação da qualidade da educação superior pública nacional (MEC, 2007).

O referido Programa tinha como objetivo principal a expansão do ensino superior no país, com o aumento de vagas nos cursos já existentes, assim como com a abertura de novos cursos de graduação (MEC, 2010). O início de diversas novas graduações na UFPel justifica o aumento dos processos de reconhecimento de cursos durante o período estudado.

O objetivo desta pesquisa tem como propósito analisar os resultados obtidos pelos cursos, nas três dimensões avaliadas pelo SINAES, a saber: organização didático-pedagógica, corpo docente e tutorial, e, infraestrutura, além do cumprimento dos requisitos legais, apontando pontos fortes e fracos, bem como de oportunidades de crescimento e melhoria dos níveis de qualidade almejados. A partir dessa análise, serão elencadas as principais fragilidades encontradas nos indicadores e realizadas entrevistas com os membros da gestão atual da Universidade, a fim de identificar as ações e planejamentos para o saneamento dos problemas apontados, nos relatórios de avaliação, pelas diversas comissões de visita *in loco* que avaliaram os cursos de graduação da UFPel, no período estudado.

Esta dissertação está dividida da seguinte forma: após a introdução, serão apresentados os objetivos e as justificativas deste estudo; após, um referencial teórico, que abarca os conceitos de políticas públicas, a criação e as principais características do SINAES, e uma pequena descrição do instrumento de avaliação externa; na sequência será apresentado o método utilizado para a produção deste estudo e a contextualização do objeto desta

pesquisa. Por fim, o estudo traz a análise dos dados das avaliações estudadas na Universidade Federal de Pelotas, culminando na proposta de intervenção e nas considerações finais.

1.1 Delimitação da Problemática da Pesquisa

No intuito de nortear a pesquisa desta dissertação, surge a questão central deste trabalho: Qual é a decorrência dos resultados dos processos avaliativos externos de curso, a partir dos SINAES, segundo as perspectivas dos atuais gestores da Universidade Federal de Pelotas?

Além dessa pergunta norteadora, foram identificadas outras questões a serem respondidas pela análise dos dados dos relatórios de avaliação *in loco* e, também, pelas respostas dos gestores institucionais às entrevistas.

A partir desses questionamentos, espera-se atingir o objetivo desta pesquisa, ou seja, traçar um histórico das avaliações recebidas pelos cursos de graduação da UFPel, em seus processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento, assim como identificar as principais fragilidades e os aspectos que necessitam de melhorias, na visão das comissões de avaliação do INEP/MEC, indicando as ações e planos da gestão para a correção destes e para o aperfeiçoamento das atividades educacionais da UFPel.

Os seguintes questionamentos foram respondidos por esta dissertação:

- 1) Quais são os resultados das avaliações *in loco* dos cursos de graduação da UFPel?
- 2) Quais são as fragilidades de seus cursos, apontados pelas comissões *in loco* do INEP/MEC?
- 3) Como os resultados dessas avaliações são utilizados pela gestão para a melhoria da qualidade dos cursos e dos serviços acadêmicos e administrativos da Universidade?
- 4) Quais são as ações e planejamentos implementados pela gestão universitária para corrigir os problemas e aprimorar a qualidade dos cursos de graduação?

1.2 Objetivos e Justificativa

O presente trabalho tem como objetivo geral investigar quais são as decorrências dos resultados dos processos de avaliação externa de cursos na Universidade Federal de Pelotas, analisando se os relatórios desses processos avaliativos do SINAES são utilizados pela gestão

da Universidade Federal de Pelotas para o planejamento de ações que visem melhorias na qualidade de seus cursos de graduação. Esse objetivo será atingido a partir do histórico das avaliações recebidas pelos cursos de graduação da UFPel, em seus processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento, por meio da identificação das principais fragilidades apontadas pelas comissões de avaliação do INEP/MEC, e das ações e planos da gestão para o saneamento dos problemas, visando o aperfeiçoamento das atividades educacionais da UFPel.

Como objetivos específicos, temos:

- Gerar estudo sobre as condições de oferta dos cursos de graduação da Universidade Federal de Pelotas, baseada nos relatórios de avaliação externa de cursos do INEP/MEC;
- Analisar os relatórios das avaliações identificando as fragilidades e oportunidades de crescimento dos níveis de qualidade nos cursos de graduação, a partir dos indicadores do SINAES;
- Pesquisar as ações que estão sendo implantadas pela Instituição para sanar os principais problemas apontados pelos relatórios de avaliação *in loco*, a partir de entrevista estruturada com os setores responsáveis por cada indicador.

Para operacionalizar os objetivos geral e específicos, serão analisadas as avaliações externas dos cursos de graduação, em seus processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento, no período de maio de 2012 a dezembro de 2017, realizadas sob a ótica avaliativa do SINAES, a fim de identificar os pontos fortes e fracos, bem como as oportunidades de crescimento dos níveis de qualidade almejados pelos cursos da Universidade Federal de Pelotas. Além disso, se buscará elencar as ações e projetos da Universidade, na visão dos gestores dos setores com maior número de fragilidades apontadas nos relatórios, para sanar as fraquezas apontadas pelas diversas comissões de avaliação *in loco*.

O objetivo geral se baseia na premissa de que esses relatórios contém uma visão ampla e detalhada da situação de oferta dos cursos avaliados, visto por atores externos à Instituição, servindo como ferramenta de gestão para o planejamento estratégico de manutenção, atualização e criação de novos cursos de graduação na Instituição.

Para efetuar esta pesquisa, foram arrolados os cursos que receberam visita *in loco* no período supracitado e tabulados os conceitos obtidos por eles em cada uma das três dimensões e seus diversos indicadores, além dos requisitos legais. Esses dados foram obtidos a partir da verificação dos relatórios das avaliações externas recebidas pelos cursos analisados.

Esses relatórios não são de domínio público, porém, em virtude da função de Procuradora Educacional Institucional exercida pela pesquisadora, o acesso foi feito através do sistema e-MEC, plataforma que gerencia todos os processos de regulação e avaliação de cursos de graduação do Ministério da Educação. A partir desses relatórios, o Núcleo de Regulação de Cursos, ligado à Pró-Reitoria de Gestão da Informação e Comunicação, compila os dados dos cursos da UFPel, desenvolvendo relatórios e planilhas próprias, que foram utilizadas para a sintetização dos dados para esta pesquisa.

Para a grande maioria dos cursos analisados, foram utilizados apenas os dados referentes aos processos de reconhecimento de curso, pois, ou tratam-se de cursos novos, ou, como se enquadram nas diretrizes das provas do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE -, têm suas renovações de reconhecimento atreladas à participação nesse braço do processo avaliativo do SINAES.

Para os cursos que também possuem relatórios de visita *in loco* referentes a processos de Renovação de Reconhecimento no período estudado, foram utilizados ambos os conceitos para fins de análise.

O tema dessa dissertação foi escolhido por ser o trabalho desenvolvido pela pesquisadora em seu dia-a-dia, além de ser essencial para a manutenção do funcionamento dos cursos de graduação no País. Além disso, apesar dos resultados de cada avaliação serem divulgados às Coordenações dos Cursos e Direções das Unidades Acadêmicas, bem como para a Administração Superior da Universidade, não há um estudo avançado sobre o histórico das avaliações *in loco* recebidas pelos cursos da UFPel.

A relevância do estudo recai sobre a quantidade de informações existentes e das análises que podem (e devem) ser feitas a partir da análise dos relatórios produzidos pelas comissões de avaliação externa do INEP. Os resultados devem servir de base para uma avaliação das condições de oferta dos cursos, agindo como mecanismo de mensuração da gestão administrativa e acadêmica da Instituição de Educação Superior, além de servir de auxílio na tomada de decisão sobre a gestão dos cursos de graduação na UFPel.

A partir do estudo dos relatórios produzidos por essas visitas *in loco*, cabe a gestão universitária a avaliação de suas políticas institucionais para a criação de novos cursos e a manutenção dos cursos já existentes, buscando sempre a melhoria dos níveis de qualidade dos serviços educacionais prestados e o crescimento institucional.

Baseado no objetivo geral e nos específicos deste estudo, e após a coleta e análise dos dados obtidos por meio da pesquisa documental dos relatórios de avaliação externa de curso do período estudado, dos relatórios e planilhas desenvolvidas pelo Núcleo de Regulação

de Cursos da UFPel, e das respostas dadas pelos gestores nas entrevistas propostas a partir da pesquisa inicial, pretende-se criar um protocolo de ações de forma institucionalizada e organizada, buscando-se padronizar as ações referentes aos processos avaliativos externos institucionais, a fim de solucionar as possíveis fragilidades dos cursos de graduação da UFPel, melhorando assim qualidade dos serviços educacionais prestados.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR

A formulação de políticas públicas ocorre por meio da análise das necessidades da sociedade em determinada área, sendo posta em prática a partir da oferta de serviços públicos qualificados, o que requer a injeção de recursos financeiros pelo governo (SARAVIA, 2007).

Uma política pública nada mais é que as ações, promovidas pelo poder público, sendo por ele mesmo desenvolvidas, ou por terceiros delegados, e que possuem influência direta no dia-a-dia das pessoas. Em sua formulação, o governo transforma seus anseios políticos em programas e ações que visam corrigir problemas e melhorar a qualidade de vida da população (SOUZA, 2006). Entre as ações do poder público para a execução dessas políticas públicas está a destinação de bens e recursos públicos (BITTENCOURT E FERREIRA, 2014).

O processo de criação de uma política pública passa por diversas fases ou momentos, conforme demonstra Saravia (2006). A primeira fase corresponde a Agenda, onde ocorre a inclusão de determinado assunto na lista de prioridades do governo, visando à correção de um problema e a implantação de ações na área. A segunda fase diz respeito à elaboração que visa à delimitação do problema, seja atual ou potencial, e da definição de alternativas para a sua correção. A terceira fase é a Formulação, que indica a alternativa mais adequada para a solução do problema. A quarta fase é a Implementação que se constitui na organização dos recursos necessários, em preparação para a execução da política pública. A quinta fase é a Execução que é o ato de colocar em prática a política pública e atingir os seus objetivos. A sexta fase é o Acompanhamento que corresponde ao monitoramento da política pública, com o intuito de promover correções nas suas ações, sempre visando o atingimento dos objetivos traçados inicialmente pelo Poder Público. A sétima e última fase é a Avaliação que tem por objetivo a análise da Política Pública como um todo, visando examinar se houve o cumprimento de seus objetivos, eliminando o problema que existia, mensurando o impacto da ação sobre a sociedade.

Esta pesquisa relaciona-se à última fase do processo de uma política pública, ou seja, a avaliação de sua eficiência, eficácia e efetividade, analisando os resultados obtidos pelos cursos de graduação da UFPel em seus processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento, utilizando os relatório de avaliação baseados no instrumento de avaliação externa dos cursos de graduação, criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, como parâmetro para a análise dos dados.

Frey (2000) *apud* Bittencourt e Ferreira (2014) traz a importância do processo avaliativo de uma política pública ou ação governamental, argumentando que o ato de avaliação de uma política visa analisar os resultados, buscando identificar ações que não tenham tido o efeito esperado e traçar novas metas para ações e programas futuros. Esse processo avaliativo pode suspender ou acabar com a política pública, ou ainda pode levar à implementação de um novo sistema de ação do governo ou até mesmo à reformulação da política atual, no intuito de corrigir os seus problemas de funcionamento. Sendo assim, a fase de avaliação de uma política pública se faz de extrema importância para o bom andamento e atualização da função pública.

Com o processo avaliativo é possível constatar a efetividade de uma política pública; realizar melhorias em sua implementação; dar *feedback* aos gestores sobre as suas ações, melhorando o processo de tomada de decisão; além de prestar contas à sociedade sobre o uso dos recursos públicos.

Nesse ponto de vista, a avaliação assume papel de destaque no ciclo de vida das políticas públicas, pois atua como instrumento para delineamento das políticas instituídas pelo Estado, atuando na verificação dos resultados atingidos em comparação com os esperados, a partir da injeção de recursos públicos (PEIXOTO, 2015).

As políticas públicas são criadas e implementadas nas mais diversas áreas de atuação governamental, sempre primando a qualidade do serviço prestado à população, por meio de programas e ações, suportados com recursos públicos que agem na correção de problemas de situações já existentes ou no desenvolvimento de novos cenários de atuação pública.

As políticas públicas educacionais para a Educação Superior implicam de modo substancial, na qualidade do ensino das instituições, cabendo ao Estado o papel de implantar, regular e avaliar tais políticas (LIMA E BERNHARDT, 2016).

A Constituição Federal demonstra a forma como o Estado enxerga a educação, prevendo a sua inclusão entre os seus deveres e os direitos de todos os membros da população brasileira, listando, em seu artigo 6º, a educação como um direito social básico (BRASIL, 1988).

Peixoto (2015) aponta para a existência de três fases da formulação e do desenvolvimento de políticas públicas direcionadas à educação superior brasileira, no final do século XX. Na primeira, com início nos anos 1980 e duração até 1990, temos o processo avaliativo como centro da busca por qualidade e estruturação do Ensino Público Superior, na tentativa de frear o crescimento desenfreado das instituições privadas. Na segunda, com duração de 1995 a 2003, o processo avaliativo era o instrumento utilizado na promoção da expansão da oferta de Educação Superior, sob um viés de ranqueamento. Já na terceira fase, que se inicia em 2004, na figura do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

(SINAES), a avaliação tem como característica fundamental a diversificação dos instrumentos e meios de concretização do processo avaliativo.

A Carta Magna de 1988 prevê a responsabilidade da União de organizar e financiar o sistema federal de ensino, através das instituições públicas federais de ensino, preconizando a manutenção da qualidade do serviço prestado à comunidade, em contrapartida da injeção de recursos para seu funcionamento aos estados, municípios e ao Distrito Federal (BRASIL, 1988).

2.1 Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI

O programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, conhecido como REUNI, foi implementado pelo Decreto nº 6.906, de 24 de abril de 2007, e tinha como principal objetivo “dotar as universidades federais das condições necessárias para a ampliação do acesso e permanência na educação superior” (MEC, 2007, p. 4), propondo a criação e o reforço das iniciativas que levassem ao aumento de vagas e de cursos oferecidos pelas instituições. Ao mesmo tempo, apoiava o aproveitamento das estruturas físicas dos cursos já existentes e, também, a ampliação do quadro de docentes e técnico-administrativos qualificados, no intuito da elevação da qualidade da educação superior pública nacional (BRASIL, 2007).

O REUNI possuía 6 dimensões para o processo de reestruturação das universidades federais: 1 - Ampliação da oferta de educação superior pública; 2 - Reestruturação acadêmico-curricular; 3 - Renovação pedagógica da educação superior; 4 - Mobilidade intra e inter-institucional; 5 - Compromisso social da instituição; e 6 - Suporte da pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação (BRASIL, 2007).

Do total de universidades federais que existiam quando o Programa foi criado, 53 aderiram ao REUNI, pois a única outra universidade existente na época, Universidade Federal do ABC - UFABC -, fora criada em 2005 e já estava adequada às inovações pedagógicas adotadas pelo programa (BRASIL, 2009).

De acordo com o BRASIL (2007) *apud* Soares *et al*(2009), podem-se destacar três fases desse programa. No primeiro ciclo, o programa é marcado pela expansão da oferta de graduação para o interior, visando o combate às desigualdades regionais e territoriais. Nessa fase, foram criadas dez novas universidades federais, sendo consolidadas duas universidades já existentes, além da criação e consolidação de 49 novos campi universitários. O segundo

ciclo do REUNI foi marcado pela expansão aliada a reestruturação das instituições de ensino superior. Entre 2007 e 2012, todas as 54 instituições federais de ensino superior aderiram ao programa, levando à implantação de 95 campi universitários e a ampliação do número de vagas, especialmente no período noturno. Já no terceiro ciclo do programa, a expansão adquiriu o foco de integração e cooperação internacional, através da instituição de universidades federais em pontos do território nacional considerados estratégicos, como Foz do Iguaçu (PR), Santarém (PA) e Redenção (CE).

O ingresso das Universidades no Programa se deu de forma voluntária, e, conforme o decreto de criação do REUNI, a proposta de ingresso deveria ser composta pelo chamado “plano de reestruturação” e por um cálculo da necessidade de recursos, além dos propostos pelo governo, fundamentais ao atendimento das propostas feitas pela instituição para atender os objetivos e metas do Programa (BRASIL, 2007).

Em relação ao plano que cada Universidade deveria desenvolver para a adesão ao REUNI, Maranhão, Passos e Vêras (2013) pontuam que o documento deveria conter diversos dados da Instituição interessada em aderir ao Programa, traçando o cenário pré-REUNI da Instituição, e apresentando justificativas e metas para cada uma das seis dimensões do Programa. Nesse plano, deveria ser apresentada a logística de implementação do Programa pela Instituição, detalhando como se daria a formação docente; a transição entre o modelo anterior de gestão acadêmica e o REUNI; o plano para contratação de corpo docente e técnico-administrativo; o plano diretor de infraestrutura física para abarcar todo o crescimento dos cursos de graduação, contando com cronograma para a execução de obras e melhorias; além de estudos sobre o orçamento necessário e utilizado para as ações e um plano de acompanhamento dos indicadores de qualidade e crescimento, visando avaliar os impactos da adesão ao Programa sobre os cursos de graduação.

Para receber os recursos financeiros para a realização das ações dos planos de reestruturação, as universidades deveriam assinar um termo de pactuação de metas com o Ministério da Educação, comprometendo-se a devolver à sociedade expansão do ensino superior e elevação da sua qualidade (BRASIL, 2007).

Andrade et al (2011) esclarecem que os recursos para o financiamento do REUNI foram custeados pelo Tesouro Nacional. Entre as metas do Programa estavam a expansão do corpo docente, com a contratação de 15.755 novos docentes e de 13.564 novos técnicos-administrativos, além da concessão de bolsas para estudantes dos programas de pós-graduação e outros gastos, num total de investimento na casa dos dois bilhões de reais, com incorporação permanente ao orçamento das Instituições participantes. A este valor, somaram-

se, aproximadamente, mais 2 bilhões de reais para os investimentos com expansão física e aquisição de equipamentos, e foram concedidos a partir da apresentação pelas Instituições do Plano de Reestruturação.

As Instituições Federais de Ensino Superior são subordinadas hierarquicamente ao Ministério da Educação, sendo assim regidas pelas normativas e legislações de cunho fiscal aplicadas à Educação Superior, estando a concessão de seus recursos para custeio de despesas correntes, de capital e para pagamento de pessoal atreladas ao orçamento do dito Ministério (DUARTE E OLIVEIRA, 2012).

O acordo de Metas nº 031, celebrado entre a União, na figura do Ministério da Educação, e a Universidade Federal de Pelotas, trouxe um conjunto de metas propostas pela UFPel para a sua participação no REUNI e, em contrapartida, houve a sinalização de incorporação de recursos públicos financeiros pelo MEC no orçamento da Universidade.

De acordo com o documento, assinado em março de 2008, o montante de recurso a ser recebido pela UFPel para execução do seu programa de reestruturação era de R\$ 52 milhões e 685 mil reais para investimentos, e de R\$ 32 milhões, trezentos e setenta e cinco mil, duzentos e nove reais e cinquenta e um centavos para custeio ou despesas com pessoal (BRASIL, 2008).

Conforme esse acordo, com validade a partir de 2008, a Universidade se propôs a criar, no prazo de 5 anos de vigência do termo, 42 novos cursos, sendo 24 noturnos; 2320 novas vagas, sendo dessas 1049 em cursos noturnos; e a elevar as matrículas, no último ano do acordo, para 23.378 alunos matriculados entre graduação e pós-graduação (BRASIL, 2008).

Em relação às vagas criadas, o número de matrículas na graduação apresentou um crescimento de praticamente 100%, variando de um contingente de 8 mil alunos, em 2007, para em torno de 15 mil estudantes ao final da vigência do REUNI, em 2012 (RAMOS, GARCIA E NOGUEIRA, 2013).

Em relação ao quantitativo de cursos de graduação, a Universidade Federal de Pelotas viu, até os primeiros seis meses de 2012, a criação de 48 novos cursos, sendo destes 19 cursos noturnos e 29 diurnos. Do total, foram implementados 31 novos bacharelados, 5 licenciaturas e 12 cursos superiores de tecnologia (RAMOS, GARCIA E NOGUEIRA, 2013).

Lado a lado com toda a expansão provocada pelo REUNI, surgiu a preocupação com a qualidade dos cursos ofertados pelas Universidades. Faz-se necessária, então, uma avaliação da política pública para a averiguação de sua eficiência e efetividade, visando mensurar o

impacto dos recursos públicos recebidos pela Universidade sobre a qualidade dos cursos criados a partir do programa de expansão.

Com todo o crescimento proporcionado pelo REUNI, acentua-se a imprescindibilidade de mecanismos de regulação e controle sobre a qualidade dos cursos de graduação existentes no País (RAMOS, GARCIA E NOGUEIRA, 2013).

A verificação da qualidade do ensino superior fica por conta do SINAES que promove a avaliação de instituições, de cursos de graduação e do desempenho dos estudantes. As autoras trazem ainda o cerne desse sistema, indicando que as avaliações capitaneadas pelo SINAES visam o aumento da qualidade do ensino superior; a prestação de contas à sociedade sobre os serviços educacionais prestados; além da implantação da cultura avaliativa dentro das Instituições de Educação Superior (RAMOS, GARCIA E NOGUEIRA, 2013).

2.2 Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES

A ideia central de um processo avaliativo é averiguar a efetividade de uma ação, projeto ou programa e a relação entre os resultados obtidos e os objetivos e propósitos da atividade.

Segundo Belloni (1999), os dois principais objetivos da avaliação da educação são o conhecimento das características próprias, de seus pontos fortes e fracos; e a qualificação do processo de tomada de decisão, através da análise aprofundada da realidade institucional. O processo avaliativo seria um processo de aprimoramento, não tendo cunho punitivo ou de premiação das ações institucionais, mas sim buscando, através da autoavaliação e da análise dos resultados das avaliações externas, a constante qualificação dos processos educacionais.

Historicamente, o início dos anos 2000 foi marcado pelo fim de mandatos presidenciais de cunho neoliberal e o início de mandatos com propósitos de cunho mais social, afetando diretamente a forma como a função avaliativa do Estado recaia sobre a Educação Superior. Houve uma mudança de enfoque da concorrência e de ranqueamento como as Instituições de Educação Superior eram apresentadas pela mídia, para uma visão de qualidade dos serviços educacionais prestados, conforme traz Calderón, Poltronieri e Borges

Com o fim do mandato do governo FHC, o governo Lula, ancorado em intelectuais que defendiam a chamada “avaliação emancipatória”, substituiu o “Provão” pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), o mesmo que vinha carregado de virtuosismo, próprio de regimes presidencialistas, com a missão de eliminar os princípios neoliberais do governo anterior: hipervalorização da concorrência entre as instituições educacionais e dos rankings com ampla divulgação na mídia (CALDERÓN, POLTRONIERI E BORGES, 2011, p. 815).

Diante desse conceito, e após diversas tentativas de criação de estratégias para a avaliação da educação superior, o SINAES, foi implementado por meio da publicação da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 (BRASIL, 2004). A partir das discussões iniciadas em 2003, pela Comissão Especial de Avaliação – CEA, o SINAES surge com a pretensão de ser um sistema agregador de informações a cerca das condições de oferta e da qualidade dos cursos de graduação do país, possibilitando a implementação de estudos e políticas públicas na área da educação, tanto pelo governo, como pelas próprias Instituições de Educação Superior (POLIDORI, MARINHO-ARAÚJO & BARREYRO, 2006).

Fortificando a colocação de Polidori, Marinho-Araújo e Barreyro (2006), Weber expressa a ideia norteadora da concepção do SINAES pela CEA, como política pública de educação superior, trazendo que o objetivo do sistema era efetuar o acompanhamento dos critérios de qualidade, visando determinar oportunidades e fraquezas na oferta dos serviços educacionais. (WEBER, 2010)

O novo Sistema, cuja criação foi baseada no relatório substanciado da CEA, trouxe muitos aspectos das experiências anteriores do país para criação de um padrão avaliativo nacional da educação superior, porém inovou ao aliar os processos avaliativos, com cunho formativo e agregador, aos de regulação, aqui compreendidos as ações de supervisão e fiscalização pelo Estado. Outra inovação está na preocupação em avaliar as Instituições, levando em consideração as características de identidade e diversidade de cada IES (VERHINE, 2015).

Um dos pontos marcantes e norteadores para a criação do SINAES foi a possibilidade de união dos processos de avaliação com os de regulação de cursos e instituições, liderados pelo Ministério da Educação. As avaliações de curso e de Instituições integram um sistema de políticas públicas educacionais, que visam incentivar a expansão e democratização do acesso à Educação Superior, com foco no crescimento com qualidade.

Em uma análise do processo de criação do SINAES e seus propósitos, são encontrados alguns pontos que correspondem a verdadeiras mudanças de paradigma em relação às avaliações praticadas antes dele, entre eles estão a preocupação em avaliar, respeitando os aspectos próprios de cada instituição; a valorização da avaliação qualitativa; a natureza formativa, voltada ao crescimento da qualidade; além da estrutura cíclica das avaliações (LACERDA, FERRI E DUARTE, 2016).

Nesse sentido, a avaliação do SINAES possui a finalidade de qualificação dos cursos de graduação e das Instituições de Ensino Superior, envolvendo todos os atores institucionais

nesses processos, primando pela prestação de contas à sociedade, através da oferta de serviços educacionais de qualidade (TREVISAN E SARTURI, 2016).

Entre as finalidades do SINAES temos a expansão da educação superior, acompanhada do crescimento da qualidade de oferta; o aumento da eficácia institucional e efetividade acadêmica e social; a internalização e o aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições, promovendo a valorização de sua missão pública, os valores democráticos, o respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (BRASIL, 2004).

Trazendo os princípios, a importância e a abrangência do SINAES, Weber (2010) ratifica a magnitude do processo avaliativo, expressando que:

“o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) é, pois, regido pelos princípios de que a educação superior constitui direito social e dever do Estado, e a formação e a produção do conhecimento é relevante para o desenvolvimento conjunto da população e para o avanço da ciência. Os demais princípios dizem respeito ao fortalecimento dos valores éticos, visando melhorar compromissos institucionais, a dinâmica dos processos e das relações, o respeito à identidade e à diversidade institucional, a globalidade expressa na integração dos instrumentos de regulação e de avaliação em uso pelo Estado e nas IES, a busca de legitimidade técnica e de legitimidade ética e política. Concebe, como principais atores do processo, os professores, os estudantes, os funcionários, dirigentes, ex-alunos, grupos sociais e, por conseguinte, utiliza vários instrumentos: a avaliação institucional, iniciada pela autoavaliação, seguida de avaliação externa, organizada pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), Censo do Ensino Superior, Cadastro de Perfil Institucional e Desempenho do Estudante (ENADE).” (WEBER, 2010, p. 1259).

A ideia central de avaliação no contexto de criação do SINAES era a de integração e participação de todos os atores das Instituições, cada um com suas funções e responsabilidades, porém com o propósito comum de prestação de contas à comunidade (INEP, 2009); de um lado, as Instituições de Ensino Superior com suas ações e políticas sociais, voltadas à sua comunidade; de outro, o governo com seu poder regulador, objetivando a elevação da qualidade dos serviços educacionais prestados no País (LACERDA, FERRI E DUARTE, 2016).

Ao final do processo, espera-se que os relatórios e apontamentos dos avaliadores sejam utilizados para a melhoria constante da qualidade dos serviços educacionais prestados, mantendo e aprimorando os seus pontos fortes e corrigindo e melhorando as fragilidades.

Corroborando com essa ideia, Dias Sobrinho sugere que a participação dos atores deve se dar “não só como avaliados, mas também como sujeitos da avaliação e corresponsáveis pela construção da qualidade da educação superior”. O autor afirma ainda que, a partir das avaliações, as Instituições devem promover análises aprofundadas de suas

características, identificando os seus pontos fortes e os fracos, utilizando as constatações dos avaliadores *in loco* para traçar metas e objetivos, visando o crescimento institucional e a melhoria da qualidade de seus serviços educacionais (DIAS SOBRINHO, 2008).

Indo ao encontro de Dias Sobrinho, Lima (2008, p. 38) destaca que “conceber a avaliação enquanto produtora de conhecimento é criar uma cultura de avaliação, na qual gestores, docentes, funcionários e discentes estarão a cada dia refletindo sobre suas ações e dinamizando-as na medida em que as executam.”

O processo avaliativo é desenvolvido em três campos de ação: Instituição, Cursos de Graduação e Desempenho dos Estudantes. O primeiro pilar do SINAES é a Avaliação Institucional, que é feita de duas formas: Autoavaliação e Avaliação Externa *in loco*.

A autoavaliação, com participação das Comissões Próprias de Avaliação – CPA, visa analisar o funcionamento da Instituição por meio da verificação da coerência entre o que está no Plano de Desenvolvimento Institucional e as Políticas Institucionais. Já a Avaliação Externa *in loco* é feita pelas comissões designadas pelo INEP, onde, a partir da análise geral da IES, os avaliadores atribuem conceitos na escala de 1 a 5 para cada um dos cinco eixos, que geram o Conceito Institucional (CI). Os resultados dessa avaliação são utilizados para os atos regulatórios de credenciamento e reconhecimentos institucionais (BRASIL, 2004).

Outro pilar do SINAES é a Avaliação dos Cursos de Graduação, que tem por objetivo “identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica” (Brasil, 2004). As comissões de especialistas do INEP observam e analisam *in loco* as informações inseridas nas fases documentais dos processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos, tanto presenciais, quanto a distância, e emitem um conceito de 1 a 5 para cada uma das três dimensões. Posteriormente, através da média aritmética dos três conceitos, emitem o Conceito de Curso (CC), na mesma escala de 1 a 5 (BRASIL, 2004).

A Avaliação do Desempenho dos Estudantes é feita pela aplicação das provas do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE, e da análise das respostas do questionário do estudante. O ciclo avaliativo do ENADE é trienal e é aplicado aos cursos das áreas designadas por portaria do Ministério da Educação anualmente. A prova é composta de questões de Formação Geral e Específica e apresenta ainda o questionário do estudante, que visa obter informações sobre corpo docente, infraestrutura e organização didático-pedagógica do curso. Todos os elementos são considerados componentes curriculares obrigatórios e de caráter fundamental. A partir dos resultados obtidos, são publicados os Conceitos ENADE, Conceitos Preliminares de Curso (CPC) e Índice Geral de Cursos (IGC) (BRASIL, 2004).

O ENADE é aplicado desde 2004, e até 2008, apresenta como característica a seleção amostral de estudantes do primeiro e do último ano dos cursos participantes. Já a partir de 2009, todos os alunos que se enquadrem nas caracterizações de ingressante ou concluinte, ditadas pela portaria que rege a edição do ano da avaliação, devem ser inscritos.

Nas provas, é avaliado o conhecimento adquirido pelos alunos ao longo do curso de graduação, relacionado aos conteúdos básicos estabelecidos nas Diretrizes Curriculares, além das habilidades e competências dos estudantes para a solução de questões referentes à realidade do país e do mundo e do avanço dos estudos nas diversas áreas de conhecimento (OLIVEIRA, SOUZA, SOUSA E TAVARES, 2013).

De mãos dadas com o processo de avaliação, estão os procedimentos regulatórios do Ministério da Educação. Os resultados das avaliações dos cursos de graduação são utilizados pelo MEC para fiscalizar a qualidade dos cursos ofertados pelas Instituições de Educação Superior.

A partir dos resultados das visitas *in loco*, as secretarias do MEC efetuam o acompanhamento e o controle daqueles cursos considerados insuficientes em termos de qualidade e condições de oferta, indicando fragilidades ou aperfeiçoamentos que devem ser implementados para a melhoria das condições de ensino, e aplicando sanções aos casos de reincidência de falhas.

Validando essa ideia, Gontijo, Senna, Lima e Duczmal (2011) indicam que o SINAES é um sistema avaliativo híbrido entre avaliação e regulação, que une a democracia da participação das IES e as ações de estruturação através do Estado. A avaliação abarcaria a análise das Instituições sobre o seu funcionamento, enquanto a regulação abrangeria o planejamento e a intervenção estatal para garantir os níveis de qualidade da educação superior.

Os processos avaliativos se caracterizam como principal aspecto da logística educacional, pois, ao determinar que todos os cursos e Instituições de Ensino Superior sejam avaliados e levem à sociedade serviços educacionais de qualidade, o governo, além de dividir a responsabilidade da gestão dos serviços educacionais, propõe a elevação da qualidade da formação em nível superior, levando em consideração as inovações e necessidades do mercado de trabalho, e, também, analisa a concessão dos recursos públicos, em relação aos resultados produzidos pelas instituições (OLIVEIRA, SOUZA, SOUSA E TAVARES, 2013).

Este estudo tratará apenas da Avaliação dos Cursos de Graduação, pois a UFPel possui apenas um processo de avaliação institucional externa finalizado e publicado, impossibilitando uma análise comparativa; e os conceitos obtidos através do ENADE são,

além de gerados a partir da visão do aluno sobre a qualidade do curso – que pode sofrer interferências por questões pessoais –, antes da divulgação, padronizados com os conceitos obtidos pelos demais cursos do país avaliados na mesma área, levando a um resultado comparativo, sendo inapropriado para a proposta desta pesquisa.

A avaliação externa de cursos se adapta ao presente estudo, pois é executada *in loco* por uma equipe de avaliadores que segue o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação (presencial e a distância)-, publicado pelo INEP, documento este que contempla as três dimensões priorizadas pelo SINAES: Organização didático-pedagógica; Corpo Docente e Tutorial; e Infraestrutura.

2.2.1 Avaliação de Cursos de Graduação

A avaliação *in loco* de cursos de graduação pelo SINAES é responsabilidade do INEP, sendo articulada a partir de um instrumento de avaliação composto de três dimensões: organização didático-pedagógica; corpo docente e tutorial; e infraestrutura, além dos requisitos legais e normativos (BRASIL, 2015a).

Dias Sobrinho (2010, p. 211) garante que, durante a avaliação de cursos, há também a análise “da articulação entre o PDI e o Projeto Pedagógico do Curso, da inserção social e correspondência com as Diretrizes Curriculares Nacionais”. A avaliação *in loco* visa identificar as condições de oferta de ensino, verificar a articulação entre PDI, Projeto Pedagógico de Curso - PPC, currículo, vocação institucional e inserção regional; além de analisar a aderência desse Projeto Pedagógico e do Plano de Desenvolvimento Institucional às Diretrizes Curriculares Nacionais (BRITO, 2008).

Essa avaliação é feita em cursos presenciais e a distância, para bacharelados, licenciaturas e tecnólogos, e seus resultados são utilizados para os processos regulatórios de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação.

As avaliações *in loco* são determinadas pelo INEP, que também é responsável pela designação da comissão de avaliação. Essa comissão é composta por dois especialistas de áreas afins ao curso avaliado. Antes do início do trabalho de um avaliador, ele é capacitado para que os resultados da avaliação transpareçam o verdadeiro cenário da qualidade e operacionalidade do curso, além de “proporcionar que as IES possam, com o auxílio de especialistas, dinamizar as suas atividades, resolver questões prementes e construir metas concisas e pontuais.” (POLIDORI, MARINHO-ARAÚJO & BARREYRO, 2006, P. 432).

Ao encontro dos autores, segue a orientação de Lima e Bernhardt que, ao mencionarem a importância da avaliação para as políticas públicas em educação e para a melhoria constante da qualidade dos cursos e instituições de educação superior, ditam que as IES devem empregar os resultados das avaliações e promover autoavaliações, no intuito de elevar a qualidade dos serviços educacionais prestados e auxiliar na tomada de decisões da gestão sobre a manutenção dos cursos e ações já existente, assim como no planejamento para a criação de novas graduações e objetivos educacionais (LIMA & BERNHARDT, 2016).

Por previsão legal, as Instituições de Ensino Superior e seus cursos de graduação devem ser avaliados periodicamente, observados os ciclos avaliativos. Sendo assim, os cursos de graduação de todo o país passam por três tipos de avaliação durante seu ciclo de vida: autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento.

O diferencial das avaliações *in loco* em relação àquelas baseadas em índices e provas de desempenho está na possibilidade da análise das características singulares dos cursos e das Instituições, respeitando a autonomia e as peculiaridades de cada IES, o que não ocorre quando são utilizados meios padronizados de avaliação, como o ENADE, por exemplo. Porém, é necessária uma descrição pormenorizada de todos os aspectos esperados para cada indicador para impedir que o olhar subjetivo e as vivências e experiências de cada avaliador influencie nos conceitos concedidos aos cursos (FERNANDES ET AL, 2009).

Corroborando com os autores, Giolo analisa a importância das avaliações *in loco* e do envolvimento de toda a comunidade acadêmica nas contínuas avaliações do SINAES, trazendo que

“a visita é precedida, no âmbito da instituição, por uma ampla mobilização no sentido de organizar a documentação, os planos institucionais, os projetos pedagógicos, as instâncias coletivas de decisão e de ação institucional e tantas outras dimensões implicadas na avaliação. Nesse período e também durante e após a visita, a comunidade acadêmica aprofunda o conhecimento sobre a legislação educacional, sobre os instrumentos de avaliação, sobre os critérios de qualidade acadêmica. Vozes que, via de regra, permanecem silenciosas ou silenciadas se fazem ouvir. Investimentos e esforços adicionais são feitos: bibliotecas e laboratórios são atualizados e ampliados; planos de carreira e regimes de trabalho são aperfeiçoados; a pesquisa e a extensão recebem alento. A listagem das implicações de uma visita poderia ser ampliada exaustivamente, no entanto, o que é preciso sublinhar é o fato de que nenhuma outra forma de avaliação tem o impacto e relevância que a visita da comissão de especialistas apresenta. Mesmo porque as demais formas de avaliação tendem a ser intervenções tópicas e exteriores, algumas assumindo uma conotação policial e gerando reações predominantemente defensivas e com baixíssimo grau de engajamento da comunidade acadêmica.” (GIOLO, 2008, P. 854).

As visitas *in loco* são regradas pelo Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação – presencial e a distância, publicado pelo INEP, através da sua Diretoria da Avaliação da Educação Superior – DAES. Desde a implementação do SINAES, já foram

utilizados doze instrumentos diferentes, tendo edições específicas para alguns cursos, como Medicina, Pedagogia e Direito. (BRASIL, 2015b)

As atualizações dos instrumentos avaliativos buscam ampliar o escopo da avaliação, no intuito de transformar o processo em uma análise mais detalhada do funcionamento dos cursos de graduação e das Instituições de Educação Superior.

Conforme as edições de maio de 2012 e de agosto de 2015, o instrumento é composto de três dimensões: a Organização Didático-Pedagógica; o Corpo docente e Tutorial; e, a Infraestrutura, além de uma seção reservada aos requisitos legais e normativos. Cada uma dessas dimensões é subdividida em indicadores, detalhando os dados e condições de oferta da IES avaliada.

Para a primeira dimensão, Organização Didático-Pedagógica, os indicadores analisam itens como o contexto educacional, os objetivos do curso, o perfil do egresso, o estágio curricular, entre outros. Na segunda dimensão, Corpo docente e Tutorial, os itens abarcam a avaliação dos dados relativos ao regime de trabalho, a experiência e titulação do corpo docente e tutorial, bem como a atuação do Núcleo Docente Estruturante – NDE do curso. Já na terceira dimensão, dedicada à Infraestrutura, a avaliação foca na infraestrutura física, assim como em questões que envolvem as bibliografias básica e complementar e os laboratórios dos cursos, além de diversos itens correlacionados.

Na última parte do Instrumento, dedicada aos Requisitos Legais e Normativos, as considerações são dadas quanto ao cumprimento ou não das regras legais e infralegais, as quais tratam de legislações sobre Acessibilidade, Educação Ambiental, Educação em Direitos Humanos, Relações étnico-raciais, entre diversos outros (BRASIL, 2015a).

Cada dimensão avaliativa possui um peso correspondente, e, dentro delas diversos indicadores são avaliados *in loco*, recebendo conceitos, que são orientados pelas análises documentais e de infraestrutura feitas pelos avaliadores, e, também, através das reuniões desses com o corpo docente, discente e técnico-administrativo do curso ou IES avaliada (BATISTA, 2014).

Após as análises feitas durante a avaliação *in loco*, os avaliadores devem conceituar o curso avaliado, utilizando a escala de 1 a 5 para cada indicador e, através de média aritmética simples, chegar ao conceito de cada uma das dimensões, também na mesma escala. O conceito final do Curso, conhecido como Conceito de Curso ou CC, é a média aritmética ponderada das três dimensões.

As informações e avaliações são, então, inseridas pelos avaliadores no sistema e-MEC, sistema esse que reúne todas as ações relativas à regulação e à avaliação de cursos de

graduação no sistema federal de ensino superior. Ao preencher o instrumento nesse meio eletrônico, os avaliadores geram o Relatório de Avaliação, que fica disponível no acesso do Procurador Educacional Institucional, não sendo de domínio público, (BATISTA, 2014).

A Tabela 1 mostra os pesos de cada uma das dimensões analisadas, em cada um dos processos avaliativos, tanto no Instrumento de Avaliação de Cursos de 2012, como no de 2015:

Tabela 1 – Pesos das Dimensões nos Processos Avaliativos do SINAES

Autorização de Curso	
Dimensão	Peso
Organização Didático-Pedagógica	30
Corpo Docente e Tutorial	30
Infraestrutura	40
Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de Curso	
Dimensão	Peso
Organização Didático-Pedagógica	40
Corpo Docente e Tutorial	30
Infraestrutura	30

Fonte: INEP/DAES (BRASIL, 2012 e 2015a)

Os critérios para a análise de cada indicador, e a consequente atribuição de conceito, são dados conforme a Tabela 2, e devem ser justificados pelos avaliadores qualitativamente, após a análise documental e das instalações físicas do curso avaliado (INEP, 2015c). Os conceitos satisfatórios são os considerados “suficiente” (3), “muito bom” (4) e “excelente” (5). Da mesma maneira, conceitos 2 e 1 são considerados “insuficientes” ou “inexistentes”, respectivamente.

Tabela 2 – Descrição dos Conceitos obtidos a partir da Avaliação *in loco*.

Conceito	Descrição
1	Quando os indicadores da dimensão avaliada configuram um conceito NÃO EXISTENTE
2	Quando os indicadores da dimensão avaliada configuram um conceito INSUFICIENTE
3	Quando os indicadores da dimensão avaliada configuram um conceito SUFICIENTE
4	Quando os indicadores da dimensão avaliada configuram um conceito MUITO BOM/ BEM
5	Quando os indicadores da dimensão avaliada configuram um conceito EXCELENTE

Fonte: INEP/DAES (BRASIL, 2012 e 2015c)

Apesar de as avaliações *in loco* funcionarem de maneira padronizada, utilizando um único instrumento avaliativo, com conceito e critérios bem definidos, em prol de uma avaliação objetiva e formativa, conforme remete Batista, as visões e experiências dos avaliadores podem influenciar no conceito dado a um curso:

embora exista uma escala de conceitos a serem atribuídos pelos avaliadores durante a avaliação *in loco* de curso ou institucional, e embora essa escala estar relacionada a critérios de análise pré-estabelecidos pelos instrumentos de avaliação do INEP, a avaliação ainda é passível de influência da subjetividade do avaliador, uma vez que os conceitos de 01 (um) a 05 (cinco) são descritos por ordem de excelência, sendo: quando os indicadores da dimensão avaliada configuram um conceito “não existente”, “insuficiente”; “suficiente”; “muito bom/muito bem”; “excelente”. As definições desses termos dão margem à influência da subjetividade do avaliador quando da atribuição do conceito, uma vez que dependem do parâmetro de análise, como por exemplo um avaliador proveniente de uma instituição de ensino de grande porte, que ao avaliar uma instituição de pequeno porte poderá considerar vários aspectos como insuficientes ou somente suficientes, pois sua experiência e sua vivência o remetem para uma realidade além da que está sendo avaliada. O que é suficiente para um avaliador pode ser muito bom para outro e vice-versa, confirmando assim que as percepções podem ser diferentes de acordo com a subjetividade de cada um. É possível, dessa forma, que uma mesma instituição ou curso tenham diferentes conceitos, quando avaliados por diferentes sujeitos. Isso é percebido, ainda, entre os avaliadores de uma mesma comissão quando esses discordam em alguns pontos, tem opiniões divergentes quanto às notas a serem atribuídas a cada indicador, quanto ao nível de cumprimento de determinado critério pela IES ou quanto à própria definição dos termos de descrição de cada conceito supramencionado, ou seja, percepções diferentes de acordo com a subjetividade de cada um. (BATISTA, 2014, p. 88).

Aos requisitos legais e normativos não são dados conceitos, mas sim assinalados pelos avaliadores em relação aos seus atendimentos. O não atendimento de um ou mais desses requisitos acarreta em abertura de diligência no processo, somente retornando ao seu andamento normal após o saneamento, pela IES, do problema identificado.

Aos cursos com Conceito de Curso (CC) maior ou igual a 3 (três) e com atendimento integral dos requisitos legais e normativos, é emitida a portaria de reconhecimento/renovação de reconhecimento, com validade até o próximo ciclo avaliativo, sendo de duração trienal.

Os cursos com Conceito menor que 3 (três) em uma Dimensão ou no Conceito Final de Curso passam por outra fase do processo regulatório, chamada de Protocolo de Compromisso. Essa fase equivale a um termo de compromisso entre IES e Ministério da Educação para o saneamento das fragilidades apontadas pelos avaliadores durante a visita *in loco*, e tem duração máxima de 360 dias. Após o cumprimento do protocolo, o curso recebe nova avaliação, onde serão avaliados não só os itens do protocolo de compromisso, mas sim todo o funcionamento do curso.

Os resultados das avaliações dos cursos são divulgados às IES através dos relatórios das visitas *in loco*, preenchidos e enviados ao MEC pelos avaliadores.

Barreyro e Rothen (2006) lembram que, em processos avaliativos anteriores ao SINAES, os resultados das avaliações eram publicados em formato de *ranking*, favorecendo o ato comum da imprensa de comparar Instituições com porte e público alvo diversos, apenas

utilizando as suas notas nas avaliações, sem levar em consideração o contexto do processo avaliativo realizado.

Esses autores falam que a proposta inicial da comissão incumbida da criação do SINAES era a identificação e a divulgação dos resultados das avaliações revelando os pontos fortes e fracos dos cursos e Instituições de Ensino Superior, evitando, assim, essa prática. (Barreyro e Rothen, 2006). Porém, a realidade atual do sistema permite e até encoraja a divulgação dos conceitos em formato de rol, filtrados do maior ao menor conceito.

Os resultados obtidos através das avaliações *in loco* são fonte de diversas informações que podem e devem ser utilizados como ferramentas de gestão, contribuindo para o crescimento institucional através do planejamento e implementação de políticas educacionais que visem o aumento da eficácia e efetividade das ações acadêmicas e administrativas da Instituição e da prestação de contas à sociedade (RIBEIRO, 2012).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente dissertação foi realizada com base em diversas legislações sobre regulação e avaliação externa de cursos de graduação, além de artigos acadêmicos sobre o assunto e relatórios de avaliação de cursos da Universidade Federal de Pelotas, emitidos pelo INEP/MEC, durante o período de maio de 2012 a dezembro de 2017. Entre as leis e normativas norteadoras desse trabalho estão a Lei nº 10.861/2004, que instituiu o SINAES, e os instrumentos avaliativos externos de 2012 e 2015.

O presente estudo foca em um dos processos avaliativos do SINAES, a avaliação de cursos presenciais de graduação, e apresenta um estudo de caso sobre as avaliações dos processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos da Universidade Federal de Pelotas, no período de maio de 2012 a dezembro de 2017.

De acordo com Gil (2017, p. 34), o estudo de caso “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos casos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento [...]”. Ainda segundo o autor, os estudos de caso possuem como base “a proposta de investigar o caso como um todo considerando a relação entre as partes que o compõem.” (GIL, 2009, P. 8).

A escolha do período não foi aleatória, mas baseada na vigência dos instrumentos de avaliação externa de cursos de graduação, organizados e publicados pelo INEP, respectivamente, em maio de 2012 e em agosto de 2015. O último, instrumento de 2015, foi substituído por um novo instrumento de avaliação, instrumento de 2017, com início de vigência no final do mês de dezembro de 2017.

Os instrumentos avaliativos anteriores ao publicado em maio de 2012 não forneciam conceitos por indicadores, apenas sendo dado uma nota de 1 a 5 geral para cada dimensão, produzindo um conceito final a partir da média ponderada entre elas, o que dificulta uma análise comparativa com os demais instrumentos, visto que não há o mesmo detalhamento em seus relatórios.

O instrumento mais novo, e em vigência atualmente, ou seja, o instrumento de avaliação externa de cursos de 2017, por ter sido publicado no final do ano de 2017, e seu pequeno tempo de vigência, ainda não produziu avaliações nos cursos da Universidade Federal de Pelotas.

Logo, por serem utilizados em grande número de avaliações na Instituição estudada, além de apresentarem os dados das avaliações *in loco* de forma detalhada, os instrumentos de

avaliação externa de cursos lançados em 2012 e em 2015 foram os escolhidos para nortear as análises desta dissertação.

Outro fato que deve ser esclarecido sobre a relevância do período escolhido para as análises deste estudo é o fato de que o espaço de tempo estudado - maio de 2012 a dezembro de 2017 - reflete os anos pós-Programa de Reestruturação das Universidades Federais - REUNI, e nele são encontrados a grande maioria dos processos de reconhecimento de cursos criados neste projeto de reestruturação e expansão do ensino superior no Brasil, assim como processos de renovação de reconhecimento de cursos mais antigos.

A partir dessas análises, foram elencados as principais fragilidades encontradas nos indicadores e realizadas entrevistas com os membros da gestão atual da Universidade para identificar as ações e planejamentos para o saneamento dos problemas apontados pelas diversas comissões de visita *in loco* que avaliaram os cursos de graduação da UFPel, no período estudado.

Para efetuar a análise dos resultados das avaliações, serão estudados os relatórios das avaliações externas dos cursos que receberam visita no período de maio de 2012 a dezembro de 2017. A partir dessa análise, os conceitos obtidos por cada curso em cada indicador e nos requisitos legais serão tabulados e será calculado o percentual de conceitos de 1 a 3 para cada indicador.

A escolha por incluir no cálculo do percentual de fragilidade os indicadores com conceito “3” se deu, pois, a nota representa apenas conceito “Suficiente” ou o mínimo esperado de qualidade de um curso. Levando em consideração que esta dissertação está analisando dados tão antigos quanto maio de 2012, além da necessidade da constante melhoria da qualidade dos serviços educacionais prestados pela Universidade, optou-se pela inclusão do conceito “3” para gerar uma visão mais ampla da situação da graduação na UFPel, além de se antecipar a futuras necessidades de evoluções educacionais e adaptações das condições de ensino superior, visto que se espera gerar um relatório substanciado que seja utilizado pela gestão universitária para a tomada de decisões administrativas e acadêmicas.

Para a escolha dos indicadores que estarão na pauta das perguntas das entrevistas com os gestores da Universidade, foram selecionados aqueles com maior percentual de conceitos 1, 2 e 3 por dimensão de avaliação.

No período escolhido, foram recebidas 77 visitas *in loco*, sendo 55 referentes a processos de reconhecimento e 22, de renovação de reconhecimento de cursos de graduação da UFPel.

Desse total de visitas, 58 foram feitas com base no instrumento de avaliação externa de cursos de 2012; e 19 foram efetuadas já com as diretrizes do instrumento de 2015.

3.1 Características da Pesquisa

Na visão de Lakatos e Marconi (2003, p. 155), “a pesquisa [...] é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”.

Para Gil (2002, p. 17),

“A pesquisa é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos. Na realidade, a pesquisa desenvolve-se ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados.” (GIL, 2002, P. 17).

Em relação à sua natureza, a presente pesquisa se caracteriza como uma pesquisa aplicada, visando servir, através seus resultados, como uma ferramenta de tomada de decisão da gestão universitária na busca pela correção dos problemas encontrados na área de regulação e avaliação de cursos de graduação e na melhoria dos serviços educacionais prestados pela Universidade, atingindo, assim, o objetivo desse tipo de pesquisa que é ilustrar o problema estudado, desenvolvendo resultados práticos para a resolução de fragilidades e questões pontuais (GERHARDT E SILVEIRA, 2009).

No diz respeito à forma como será abordada a pergunta-problema dessa dissertação, a pesquisa está construída de forma qualitativa, apresentando, primeiramente, um estudo sobre os conceitos obtidos nas avaliações *in loco* ocorridas nos cursos da UFPel entre maio de 2012 e dezembro de 2017, aplicando percentuais para determinar os indicadores que evidenciam mais fragilidades, dentre os relatórios estudados; e, posteriormente, traz uma pesquisa em forma de entrevista com os gestores das principais áreas frágeis, escolhidas a partir dos resultados da primeira parte da pesquisa, para desvendar as ações e os planejamentos da gestão universitária para a correção dos problemas e o crescimento da qualidade dos cursos da Universidade.

Na visão de Yin (2016, p. 24), “a pesquisa qualitativa procura coletar, integrar e apresentar dados de diversas fontes de evidência como parte de qualquer estudo.” Segundo o autor, ela “difere por sua capacidade de representar as visões e perspectivas dos participantes de um estudo. [...] Assim, os eventos e ideias oriundos da pesquisa qualitativa podem

representar os significados dados a fatos da vida real pelas pessoas que os vivenciam, não os valores, pressuposições, ou significados mantidos por pesquisadores.” (YIN, 2016, P. 24).

Quantos aos objetivos, a presente pesquisa se caracteriza como exploratória, pois, segundo Gil (2002) pretende estudar profundamente o problema de pesquisa, elucidando as questões propostas. Ainda segundo o autor, grande parte das pesquisas com cunho exploratório é ilustrada com dados obtidos através de pesquisas bibliográficas e estudos de caso.

Para a consecução desta pesquisa, foram utilizadas fontes de dados primários, através da análise dos relatórios de avaliação *in loco*, os relatórios e planilhas desenvolvidas pelo Núcleo de Regulação de Cursos da UFPel, e das respostas dos cinco gestores para as nove perguntas das entrevistas, e os dados secundários, obtidos através de pesquisa bibliográfica que contemplou legislação federal relativa à regulação e avaliação de cursos de Educação Superior e os instrumentos de avaliação externa de curso, publicados pelo INEP.

Em relação aos procedimentos técnicos utilizados nesta dissertação, foram escolhidos a pesquisa bibliográfica, a fim de construir o referencial teórico como base para o início do estudo; a pesquisa documental, a partir da qual foram analisados os relatórios de avaliações *in loco* do período estudado; e o estudo de caso, visando traçar de maneira aprofundada as características do fenômeno estudado, assim como do local de aplicação da pesquisa.

A escolha pelo estudo de caso para a formalização desta pesquisa se dá em virtude da necessidade de análise de diversas fontes de dados, tanto documentais, como de observação e de depoimentos pessoais, no intuito de determinar, de maneira abrangente, o escopo deste estudo (GIL, 2002).

Para complementar os dados obtidos a partir da análise documental dos relatórios de visita *in loco*, foi utilizado o método da entrevista, visando conferir ao estudo uma visão global do problema pesquisado, identificando o conhecimento e a relevância da questão para a administração superior da Universidade, na visão de seus gestores, e descrever o que tem sido feito e pensado em relação ao tema.

Marconi e Lakatos (2003, p. 195) conceituam entrevista como

“um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social.” (LAKATOS E MARCONI, 2003, P. 195).

Na mesma linha, Gil (2009, p. 63) traz que “a entrevista é uma técnica eficiente para obtenção de dados em profundidade acerca dos mais diversos aspectos da vida social.”

A partir da identificação dos principais pontos frágeis apontados nos relatórios das avaliações *in loco*, foram selecionados os membros da gestão atual da Universidade responsáveis pelas áreas que abarcam essas fragilidades que participariam da fase de entrevistas desta pesquisa. O grupo foi composto pelos Pró-reitores de Planejamento e Desenvolvimento e de Ensino; pelo Vice-Reitor, na condição de presidente do Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão - Cocepe; pela Coordenadora do Sistema de Bibliotecas da Universidade e pelo presidente da Comissão Própria de Avaliação (CPA). Com isso, no período de agosto e setembro de 2018, foram conduzidas as entrevistas, constituídas de nove perguntas abertas.

Quadro 1 - Roteiro da Entrevista com gestores

1) Há quanto tempo você trabalha na UFPel?
2) Ocupa ou ocupou função de gestor na UFPel? Em caso positivo, descrever funções desempenhadas, suas principais atribuições e tempo de permanência.
3) Qual é o seu conhecimento sobre as avaliações externas de cursos de graduação, vinculadas ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES?
4) Qual é o seu conhecimento sobre as dimensões e indicadores avaliados pelo SINAES?
5) Há divulgação dos resultados e dos relatórios das avaliações externas de curso na UFPel?
6) Qual é o seu conhecimento sobre os resultados das avaliações externas recebidas pelos cursos de graduação da UFPel? Como e quando esses resultados chegam ao seu conhecimento?
7) Há participação do seu Setor/Núcleo/Comissão/Pró-Reitoria nas diversas fases dos processos avaliativos externos de cursos de graduação? Em caso positivo, descreva essa participação.
8) Em sua opinião, qual a importância das avaliações externas de curso para o planejamento e para a gestão institucionais?
9) Em relação ao planejamento de ações institucionais para a melhoria da qualidade dos cursos de graduação da UFPel, há a preocupação da gestão em analisar os resultados obtidos pelos cursos nas avaliações externas, a fim de propor metas e objetivos para sanear as fragilidades e para incentivar as boas práticas apontadas pelos avaliadores <i>in loco</i> ? Em caso positivo, descreva as principais ações instituídas pelo seu Setor/Núcleo/Comissão/Pró-Reitoria para a correção das fragilidades e para o incentivo das boas práticas apontadas pelos avaliadores nos relatórios das visitas <i>in loco</i> recebidas pelos cursos da UFPel

Fonte: Elaborada pela autora (2018)

Para as entrevistas com os gestores, foi escolhido o método estruturado, onde as nove perguntas eram pré-determinadas e iguais para todos os entrevistados, sendo todas elas abertas, dando liberdade ao respondente para abordar o questionamento da maneira que achasse mais adequada.

Após a realização das cinco entrevistas, teve início o processo de análise dos conteúdos, de forma a complementar os dados numéricos relativos aos conceitos obtidos pelos cursos de graduação da UFPel avaliados pelo INEP/MEC.

Segundo Bardin (1977) apud Triviños(2015, p. 160), o método de análise de conteúdo é

“um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens.” (BARDIN, 1977 APUD TRIVIÑOS, 2015, P. 160)

3.2 Categorias de Análise

No presente estudo, foram analisadas as três dimensões avaliadas nos instrumentos de avaliação externa de curso – Dimensão Didático-pedagógica; Corpo Docente e Tutorial e Infraestrutura -, além dos Requisitos Legais.

Para as três dimensões, foram computados os conceitos numéricos obtidos por cada indicador pertencente à dimensão. Para os requisitos legais, em virtude da ausência de conceitos, sendo indicado apenas o atendimento ou não do item pela Instituição, foram computados o percentual de “sim”, de “não” e de “Não se aplica” para os cálculos dos requisitos com maior percentual de não observância.

A Dimensão Organização Didático Pedagógica traz diversos indicadores que buscam avaliar o contexto educacional do curso em relação à Universidade e a região onde se encontra a sua sede; as condições e os aspectos do projeto pedagógico dos cursos de graduação; além das questões referentes às avaliações desses cursos, tanto as promovidas pelos colegiados e unidades acadêmicas, quanto as capitaneadas pela Comissão Própria de Avaliação – CPA.

Para as análises das comissões de avaliadores *in loco* dessa dimensão, são utilizados os seguintes documentos: “Plano de Desenvolvimento Institucional, Projeto Pedagógico do Curso, Relatório de Autoavaliação Institucional, Políticas Institucionais, Diretrizes Curriculares Nacionais, quando houver, Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, quando couber, Formulário Eletrônico preenchido pela IES no e-MEC”. (INEP, 2015c, p. 4)

A Dimensão Corpo Docente e Tutorial analisa em seus indicadores as questões referentes aos docentes vinculados ao curso, observando o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE); a titulação e o regime de trabalho dos professores; a experiência profissional deles, entre outros aspectos.

Para a averiguação dessa dimensão, são utilizados os mesmos documentos da dimensão anterior, além da documentação dos docentes, que inclui sua portaria de nomeação e comprovantes de titulação e publicações; além das Políticas de Formação Docente promovidas pela instituição. (INEP, 2015c)

A terceira Dimensão – Infraestrutura - aborda as questões referentes às instalações físicas do curso, como locais de trabalho para docentes e coordenadores de curso; laboratórios; além dos aspectos relacionados às bibliografias das disciplinas dos cursos e as condições físicas das bibliotecas da Instituição.

Para essa análise, são utilizados o projeto pedagógico do curso avaliado e informações contidas no sistema acadêmico da Instituição, além de observações dos avaliadores em visita às instalações dos cursos, e também documentos e relatórios comprobatórios do acervo das bibliotecas e das assinaturas de periódicos pela Instituição.

Os requisitos legais não recebem conceitos, mas, sim, é apenas atribuída a marcação de atendimento ou não atendimento do quesito pela Instituição de Educação Superior.

Entre as legislações que são analisadas na visita *in loco* estão as referentes ao atendimento às diretrizes curriculares nacionais dos cursos; à carga horária; à acessibilidade, tanto física, quanto pedagógica e atitudinal; às questões étnico-raciais, de direitos humanos e as referentes à educação ambiental.

3.3 Operacionalização da Pesquisa

Para as três dimensões analisadas, foram computados os conceitos numéricos obtidos por cada indicador pertencente à dimensão. A partir dessa análise, os conceitos obtidos por cada curso em cada indicador e nos requisitos legais foram tabulados e foi calculado o percentual de conceitos de 1 a 3 para cada indicador.

Para os requisitos legais, em virtude da ausência de conceitos, sendo indicado apenas o atendimento ou não do item pela Instituição, serão computados o percentual de “Sim”, de “Não” e de “Não se aplica” para os cálculos dos requisitos com maior percentual de não observância

Para a escolha dos indicadores que fizeram parte da pauta das perguntas das entrevistas com os gestores da Universidade, foram selecionados aqueles com maior percentual de incidência de fragilidades, por dimensão de avaliação. Apesar disso, no intuito de coletar o máximo de informações possível, durante as entrevistas, foi mencionado aos gestores que as respostas poderiam abranger os demais indicadores, mesmo aqueles com alto

índice de conceitos 4 e 5. Dessa forma, as entrevistas acabam ilustrando a realidade da Universidade de forma mais abrangente, além de permitir que os respondentes se expressem mais livremente.

De posse dos dados das entrevistas, as informações foram analisadas pergunta por pergunta, procurando por pontos comuns e discrepantes entre as falas dos entrevistados. Além disso, procurou-se observar a convergência ou a divergência da realidade da Universidade com o que foi apresentado no referencial teórico desta pesquisa.

3.4 Campo de Pesquisa

A Universidade Federal de Pelotas, fundada em 1969, através da união de diversos cursos e faculdades isoladas, assim como institutos e escolas centenárias, está localizada na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul.

Apesar de sua criação ter sido formalizada por decreto presidencial em 1969, a Universidade possui cursos centenários, advindos de escolas superiores que já estavam instaladas na região quando da sua criação. São exemplos dessa situação a Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, datada de 1883; a Faculdade de Veterinária; a Faculdade de Ciências Domésticas; a Faculdade de Direito e a Faculdade de Odontologia, fundadas respectivamente em 1911 e 1912, sendo inicialmente pertencentes à Universidade Federal do Rio Grande do Sul; e o Instituto de Sociologia e Política (ISP), fundado em 1958.

Além dessas faculdades, outras instituições e cursos particulares e isolados se uniram para compor a UFPel. Dentre eles, temos o Conservatório de Música de Pelotas; a Escola de Belas Artes Dona Carmen Trápaga Simões; o Curso de Medicina do Instituto Pró-Ensino Superior no Sul do Estado (Ipesse); e o Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça (CAVG), atualmente pertencente ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFSul.

Segundo UFPel (2017), a Universidade apresentou grande crescimento institucional, em virtude da adesão, em 2007, ao Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), principalmente em relação ao número de cursos de graduação e ao número de estudantes que passaram a frequentar os prédios da Instituição, ambos apresentando crescimento de aproximadamente 100%.

O REUNI, foi implementado pelo Decreto nº 6.906, de 24 de abril de 2007, e tinha como principal objetivo “dotar as universidades federais das condições necessárias para a ampliação do acesso e permanência na educação superior” (MEC, 2007, p. 4), propondo a criação e o reforço das iniciativas que levassem ao aumento de vagas e de cursos oferecidos

pelas instituições. Ao mesmo tempo, apoiava o aproveitamento das estruturas físicas dos cursos já existentes e, também, a ampliação do quadro de docentes e técnico-administrativos qualificados, no intuito da elevação da qualidade da educação superior pública nacional. (MEC, 2007)

Com todo esse crescimento acadêmico, a Universidade se viu na necessidade de expandir a sua área física, qualificando os espaços já pertencentes à Instituição e adquirindo novos prédios, visando qualificar os seus cursos (UFPEL, 2017).

Segundo consta no Portal da Instituição (2017), a UFPel apresenta expressiva desenvolvimento, graças à adesão da Instituição ao REUNI, como o aumento do número de vagas ofertadas; de novos cursos de graduação e pós-graduação e de suas estruturas físicas. Porém, o grande avanço obtido pela Universidade obtido através da adesão ao Programa está na implantação das políticas de assistência e atendimento aos estudantes, além das ações de inclusão e diversidade.

Atualmente, a Instituição conta com 18.733¹ alunos matriculados em 96 cursos de graduação, sendo 92 presenciais e 4 a distância, distribuídos na cidade sede e pelas cidades de Capão do Leão e Eldorado do Sul. A UFPel conta, também, com 44 polos vinculados à Universidade Aberta do Brasil – UAB, espalhados pelo Rio Grande do Sul.

Os cursos de graduação da UFPel participam das avaliações do SINAES desde a sua implantação, e todos os processos desse sistema são gerenciados internamente pela Procuradoria Educacional Institucional, vinculada à Pró-Reitoria de Gestão da Informação e Comunicação.

Com todo o crescimento e a expansão vivenciados pela Universidade com o advento do REUNI, e de todos os investimentos institucionais possibilitados pela injeção de recursos do governo federal no orçamento da UFPel, é necessária uma análise detalhada sobre o impacto real desse crescimento sobre os cursos ofertados, visando investigar a qualidade de oferta dessas graduações.

Avaliar a eficiência e eficácia é necessidade de qualquer política pública implementada. O processo procura identificar falhas na formulação e no andamento das ações, visando não só a correção de possíveis problemas, mas a melhoria da tomada de decisão dos gestores, como também a prestação de contas à sociedade sobre os recursos públicos investidos na Universidade.

¹ Dados obtidos no Sistema Integrado de Gestão Acadêmico-Administrativa – Cobalto – da Universidade Federal de Pelotas, em 02 de março de 2018.

4. ANÁLISE DE DADOS

Os cursos de graduação da UFPel participam das avaliações do SINAES desde a sua implantação, e todos os processos desse sistema são gerenciados internamente pela Procuradoria Educacional Institucional, vinculada à Pró-Reitoria de Gestão da Informação e Comunicação.

Para a coleta de dados atinentes às visitas *in loco* estudadas nesta dissertação foram escolhidos os resultados das avaliações baseadas nos instrumentos de avaliação externa de 2012 e de 2015, tendo como período de vigência maio de 2012 a dezembro de 2017.

A partir da análise desses relatórios de avaliação dos cursos de graduação da UFPel, pode-se constatar que, no período estudado, a Universidade recebeu 77 avaliações *in loco* em processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento de seus cursos de graduação.

Tabela 3 – Número de avaliações recebidas pelos cursos de graduação da UFPel, conforme Instrumentos de avaliação externa de cursos de 2012 e 2015.

Instrumento de avaliação externa	Reconhecimento de Curso	Renovação de Reconhecimento de Curso	Total de avaliações por instrumento
2012	49	10	59
2015	6	12	18
Total			77

Fonte: Elaborado pela autora (2018), a partir dos Relatórios de avaliação externa de cursos datados de maio de 2012 a dezembro de 2017, vigência dos instrumentos de avaliação de 2012 e 2015, e dos relatórios e planilhas desenvolvidas pelo Núcleo de Regulação de Cursos da UFPel.

A Tabela 3 apresenta os dados referentes às avaliações *in loco* recebidas pelos cursos da UFPel, guiadas pelos instrumentos de avaliação externa de 2012 e 2015, no período estudado.

Para o instrumento de 2012, foram recebidas 49 visitas para fins de reconhecimento e 10 para renovação de reconhecimento de cursos, totalizando 59 avaliações *in loco*.

Já com o instrumento de 2015, no mesmo período pesquisado, ocorreram 6 avaliações *in loco* para reconhecimento e 12 para renovação de reconhecimento de cursos de graduação da UFPel, perfazendo 18 verificações presenciais.

A grande quantidade de cursos criados no período do REUNI explica o alto número de visitas recebidas para reconhecimento de cursos, tanto as baseadas no instrumento avaliativo em 2012, quanto no de 2015. No geral, foram 55 visitas para a primeira avaliação do INEP/MEC sobre a qualidade dos cursos de graduação da UFPel, criados antes e durante a vigência do programa.

Tabela 4 – Número de avaliações recebidas pelos cursos de graduação da UFPel, no período de maio de 2012 a dezembro de 2017.

Ano	Reconhecimento de Curso	Renovação de Reconhecimento de Curso
2012	17	-
2013	18	-
2014	10	9
2015	4	3
2016	3	2
2017	3	8
Total	55	22

Fonte: Elaborado pela autora (2018), a partir dos Relatórios de avaliação externa de cursos datados de maio de 2012 a dezembro de 2017, vigência dos instrumentos de avaliação de 2012 e 2015, e dos relatórios e planilhas desenvolvidas pelo Núcleo de Regulação de Cursos da UFPel.

Na Tabela 4, são apresentados os números referentes à quantidade de visitas recebidas por ano, no período estudado. Pode-se inferir que a maioria das avaliações ocorreu durante os três primeiros anos estudados, ou seja, 2012, 2013 e 2014, totalizando 45 visitas relativas a reconhecimento de cursos e 9 a renovação de reconhecimento.

No total, foram 55 avaliações relacionadas a processos de reconhecimento e 22, relacionadas a renovações de reconhecimento de cursos de graduação.

De acordo com o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, os processos de reconhecimento de cursos de graduação devem ser iniciados pelas Instituições de Educação Superior entre a metade do período de sua integralização e setenta e cinco por cento desse prazo, sempre de acordo com o cronograma anual do Ministério da Educação. (BRASIL, 2017)

Já os processos de renovação de reconhecimento são iniciados de ofício pelo MEC, cabendo às Instituições de ensino o correto preenchimento de seus formulários e posterior recepção da comissão de avaliação *in loco*. Esses processos obedecem aos ciclos avaliativos, ou seja, são protocolados a cada três anos, sempre com a prerrogativa do Ministério para a sua instauração e início (BRASIL, 2017).

Em virtude da criação de inúmeros cursos durante o REUNI, e obedecendo a regra sobre o protocolo de processos de reconhecimento, com o passar dos anos no período avaliado, é notável a diminuição na quantidade de processos de reconhecimento de curso, assim como a marcha constante de processos de renovação de reconhecimentos via avaliação *in loco*. Via de regra, o baixo número de visitas *in loco* para fins de renovação de reconhecimento ocorreu pois a grande maioria dos cursos da Universidade tem seus ciclos avaliativos permeados pela participação nas avaliações do ENADE, obtendo a sua renovação de reconhecimento através da participação de seus alunos nesse exame.

Fazendo uma comparação da estrutura dos instrumentos de 2012 e de 2015, houve inclusão de novos indicadores avaliados, conforme mostra a tabela 5.

Tabela 5 – Número de Indicadores avaliados por dimensão, por instrumento de avaliação externa de cursos.

Dimensão	Instrumento Avaliação 2012	Instrumento Avaliação 2015
Organização didático - pedagógica	22	27
Corpo docente e tutorial	20	20
Infraestrutura	21	22
Requisitos Legais	13	17
Total	76	86

Fonte: Elaborado pela autora (2018), a partir dos Relatórios de avaliação externa de cursos datados de maio de 2012 a dezembro de 2017, vigência dos instrumentos de avaliação de 2012 e 2015, e dos relatórios e planilhas desenvolvidas pelo Núcleo de Regulação de Cursos da UFPel.

Houve aumento de 10 indicadores no total de itens avaliados, comparando o instrumento de 2015 em relação ao de 2012, totalizando 86 pontos avaliados. As dimensões 1 – Organização didático-pedagógica e os Requisitos Legais apresentaram o maior acréscimo, adicionando 5 e 4 novos itens, respectivamente, enquanto a dimensão 3 – Infraestrutura, teve acréscimo de 1 indicador.

Em relação aos conceitos de curso obtidos pelos cursos de graduação da UFPel nas 77 avaliações *in loco* do período estudado, 21 cursos obtiveram conceito 3 (três); 52 cursos obtiveram conceito 4 (quatro) e apenas 4 cursos atingiram o conceito máximo, ou seja, 5 (cinco), conforme demonstra a Tabela 6. Não há registro de Curso com avaliação geral, ou seja, Conceito de Curso, insatisfatória no espaço temporal analisado.

Nota-se que o conceito 4 ou “muito bom” foi obtido na maioria das avaliações, atingindo 67,53% do total de avaliações do período, o que demonstra, de maneira geral, a qualidade dos cursos de graduação da UFPel, de acordo com os instrumentos avaliativos do INEP.

Outro fato bastante destacado na Tabela 6 é o baixo índice de conceito 5 ou “excelente”, tendo ocorrido em apenas 5,19% das avaliações ocorridas entre maio de 2012 e dezembro de 2017.

Tabela 6 – Conceitos de Cursos obtidos pelas graduações presenciais avaliadas da UFPel, no período de maio de 2012 a dezembro de 2017.

Conceito de Curso	Quantidade de Cursos
1	-
2	-
3	21
4	52
5	4
Total	77

Fonte: Elaborado pela autora (2018), a partir dos Relatórios de avaliação externa de cursos datados de maio de 2012 a dezembro de 2017, vigência dos instrumentos de avaliação de 2012 e 2015, e dos relatórios e planilhas desenvolvidas pelo Núcleo de Regulação de Cursos da UFPel.

Apesar de não haver ocorrência de Conceitos de Curso (CC) insuficientes ou inexistentes no período estudado, praticamente todas as avaliações apresentaram um ou mais indicadores ou dimensões com conceitos 1 ou 2. Para tentar elucidar os principais fatores que levam os cursos da UFPel a receber conceitos satisfatórios ou insatisfatórios nas avaliações *in loco*, a Tabela 7, presente no apêndice 2, página 87, traz os conceitos obtidos por todos os cursos avaliados no período analisado nesta dissertação, separados por dimensões.

Analisando os resultados dos 77 relatórios das avaliações alvo deste trabalho, e levando em consideração a escala progressiva de conceitos de 1 a 5, infere-se que o conceito médio obtido pelos cursos foi de 3,78, ou seja, satisfatório, porém muito abaixo do conceito máximo. Das 77 avaliações estudadas, 21 resultaram em conceito 3 ou “suficiente”, o que corresponde a aproximadamente 27% do total de cursos; 52 atingiram o conceito 4 ou “muito bom”, correspondendo a aproximadamente 68% do total de relatórios avaliados; e apenas 4 cursos alcançaram o conceito 5 ou “excelente”, representando apenas cerca de 5% da amostra analisada.

Observando os dados apresentados na Tabela 7, mais precisamente a distribuição de conceitos por dimensão, nota-se que a que apresentou maior média foi a dimensão 2, referente ao Corpo Docente e Tutorial. Já a dimensão com menor média é a 3, referente à Infraestrutura.

Em relação a dimensão 1, a média dos conceitos atribuídos foi de 3,74, em uma escala de 1 a 5, e os dados da Tabela 7 demonstram que 8 cursos obtiveram conceitos menores que 3; 41 cursos obtiveram conceitos entre 3 e 4, e outros 28 cursos conseguiram conceito 4. Destaca-se que nenhum curso atingiu o conceito 5 nessa dimensão.

Esse cenário é bastante problemático, visto que essa dimensão avalia os aspectos referentes ao Projeto Pedagógico do Curso, documento este norteador de todas as práticas acadêmicas da graduação. Fica ainda mais gritante a necessidade de reformulações e melhorias nos procedimentos administrativos e acadêmicos para essa dimensão quando é

levado em consideração que as modificações oportunas são feitas com os recursos de corpo docente e administrativo do próprio curso e da Universidade, sem que seja preciso novos aportes financeiros para que melhorias sejam implementadas.

A dimensão 2 foi a que apresentou maior média de conceitos entre os cursos avaliados, com 4,36. Dos cursos avaliados, 10 apresentaram conceito 3 para essa dimensão; 65 alcançaram o conceito 4; e, 2 atingiram o conceito máximo.

Essa dimensão traz os indicadores que avaliam o corpo docente do curso, levando em consideração sua atuação na confecção, manutenção e atualização do projeto pedagógico, além de analisar a produção científica dos professores vinculados à graduação avaliada e a sua titulação, entre outros.

Através desse resultado, pode-se inferir que, apesar de altamente qualificado academicamente, o corpo docente dos cursos de graduação da UFPel ainda possui um longo caminho a ser percorrido até atingir o conceito máximo nas avaliações do INEP.

A dimensão que apresentou a menor média de conceito no período avaliado foi a 3, que averigua os indicadores relacionados à Infraestrutura dos cursos de graduação da Universidade, onde 46,75% dos cursos apresentou conceito insuficiente. De um total de 77 avaliações, 4 apresentaram conceito entre 1 e 2; 32, entre 2 e 3; 29 obtiveram conceitos entre 3 e 4; e apenas 12 atingiram o conceito 4 nessa dimensão. Nenhum curso alcançou o conceito 5.

O fato de essa dimensão abarcar aspectos como infraestrutura física, laboratórios e bibliografias acaba trazendo uma possível explicação para os conceitos mais baixos, visto que esses itens requerem recursos orçamentos e financeiros para serem concretizados, o que é bastante afetado pela conjuntura econômica do país atualmente.

No intuito de aprofundar o estudo dos relatórios das avaliações *in loco* estudadas, foram organizadas as Tabelas 8 e 9, presentes nos apêndices 3 e 4 dessa dissertação, páginas 90 e 94, respectivamente, que trazem, por instrumento, os indicadores das três dimensões avaliadas, além dos requisitos legais, explicitando a quantidade de avaliações por cada conceito recebido na escala que pode ser atribuída aos cursos durante as visitas *in loco*.

Após, foi efetuada a verificação do percentual correspondente aos conceitos “não-existente”, “Insuficiente” e “suficiente” para cada indicador, além do “Não atendimento” em cada requisito legal. Preferiu-se incluir o conceito 3 ou “suficiente” nesse cômputo, pois essa dissertação tem o intuito de colaborar com a melhoria da qualidade dos cursos de graduação da UFPel, e “suficiente” é apenas o necessário para que o curso esteja em funcionamento, abrindo um leque bastante extenso para implantação de ações visando qualificar os serviços

educacionais prestados pela Universidade. Além disso, os conceitos “4” e “5” foram agrupados na mesma categoria, pois representam os conceitos de alta qualidade, não sendo o foco da análise deste estudo.

A avaliação do INEP/MEC em relação às fragilidades dos cursos de graduação da UFPel acaba se repetindo na comparação de um instrumento avaliativo com o outro.

Nas avaliações referentes ao instrumento de 2012, nota-se que há dicotomia marcante entre os conceitos obtidos. Há indicadores onde praticamente metade dos cursos atingiu conceitos 4 ou 5 e a outra metade, 1 ou 2. Esses resultados demonstram que, assim como há uma grande gama de áreas de ensino na Instituição, há também grande variedade de situações estruturais e de funcionamento entre os cursos.

4.1 Dimensão 1 – Organização Didático Pedagógica

Quadro 2 – Síntese de indicadores da Dimensão 1 – Organização Didático-Pedagógica com maior percentual de fragilidades apontadas pelos avaliadores nas avaliações *in loco*

Instrumento avaliativo de 2012	Instrumento avaliativo de 2015
1.1 Contexto educacional;	1.1 Contexto educacional;
1.2 Políticas institucionais no âmbito do curso;	1.2 Políticas institucionais no âmbito do curso;
1.5 Estrutura Curricular;	1.5 Estrutura curricular;
1.6 Conteúdos Curriculares;	1.6 Conteúdos curriculares;
1.12 Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso; e	1.15 Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso; e
1.14 Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs – no processo ensino-aprendizagem.	1.17 Tecnologias de informação e comunicação – TICs – no processo ensino-aprendizagem

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, com base nos relatórios de avaliação externa de cursos da Universidade Federal de Pelotas e dos relatórios e planilhas internas organizadas pelo Núcleo de Regulação de Cursos.

O instrumento de avaliação externa de 2012 apresenta o maior número de cursos avaliados, grande parte deles criados a partir dos recursos provenientes do REUNI. Há também cursos mais antigos que, através desse Programa, receberam incentivos financeiros para a sua modernização e melhoria de qualidade.

A Tabela 8, página 90, traz os resultados das avaliações sob a ótica do instrumento de avaliação externa de cursos de 2012, identificando os conceitos dados para cada um dos indicadores avaliados.

Em relação à Dimensão 1 – Organização Didático-Pedagógica, os indicadores que apresentaram maior índice de conceitos 1, 2 ou 3 foram: 1.1 Contexto educacional; 1.2 Políticas institucionais no âmbito do curso; 1.5 Estrutura Curricular; 1.6 Conteúdos Curriculares; 1.12 Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso; e 1.14 Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs – no processo ensino-aprendizagem.

A grande concentração desses indicadores está no conceito 3, porém destacam-se negativamente dois indicadores que apresentaram considerável percentual de conceitos 1 e 2, a saber, 1.2 Políticas institucionais no âmbito do curso e 1.12 Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso. O primeiro indicador procura avaliar se e como as políticas institucionais de ensino, de extensão e de pesquisa constantes no PDI estão previstas/implantadas no curso. (INEP, 2012)

Já o indicador referente às ações decorrentes dos processos de avaliação do curso procura averiguar se há políticas e ações para a melhoria dos cursos de graduação a partir dos resultados das avaliações externas, sejam avaliações *in loco*, sejam avaliações ENADE, mas, e principalmente, se as Comissões Próprias de Avaliação – CPA – efetuam avaliações internas na Instituição e em seus cursos, e como os resultados dessas avaliações são utilizados para o planejamento de ações para a qualificação dos cursos de graduação.

Além de indicar conceitos para cada indicador nas três dimensões avaliadas e o atendimento dos requisitos legais, os avaliadores do INEP/MEC possuem, dentro do relatório das visitas *in loco*, campos abertos para inserir comentários e explanações sobre os conceitos gerados, caso entendam necessário e relevante. Ao analisar as informações contidas nesses campos, pode-se observar aspectos mais detalhados sobre as fragilidades apontadas pelas avaliações, servindo os relatórios como fonte vasta de informações para a tomada de decisões da gestão institucional.

Sobre o indicador “Contexto educacional”, de maneira geral, os avaliadores afirmaram que as justificativas para a criação dos cursos de graduação da UFPel demonstram apenas de maneira suficiente a real demanda econômica e social por formações nas áreas dos cursos avaliados, sem efetivamente levar em consideração o mercado de trabalho que os egressos desses cursos irão encontrar.

Em relação às “Políticas institucionais no âmbito do curso”, os relatórios apontam principalmente para a desatualização do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI - apresentado à época das avaliações (vigência 2002-2006), além do fato que as políticas de ensino, pesquisa e extensão da Universidade careciam de institucionalização, visto que há ações isoladas nesse sentido, porém não há (ou havia) padronização desses atos.

Acerca da “Estrutura curricular”, o principal apontamento diz respeito a incongruências na carga horária dos cursos, ora apresentando diferenças entre o indicado no e-MEC e o que consta como carga horária total no Projeto Pedagógico do curso, ora indicando que a carga horária é inferior ao previsto na legislação como mínimo para integralização na graduação avaliada.

A respeito dos “Conteúdos curriculares”, as observações dos avaliadores se direcionam à falta de atualização dos conteúdos ministrados pelos cursos; a inadequação da carga horária dos cursos, apresentando integralização muito superior ao previsto como mínimo na legislação; e bibliografia desatualizada. Além disso, os relatórios apontam para à falta de informações importantes no PPC sobre o funcionamento dos cursos, como regulamentos sobre o Trabalho de Conclusão de Curso e estágios.

Relativamente ao indicador “Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso”, os avaliadores indicam a inexistência de processos sistematizados, periódicos e institucionalizados de avaliação interna, tanto para os que deveriam ser realizados pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, quanto para àqueles previstos para realização pelos cursos. Há também a menção sobre as avaliações feitas pela Comissão Própria de Avaliação – CPA – da Universidade versarem somente sobre infraestrutura, deixando de avaliar as demais dimensões.

A Tabela 9, página 94, traz a síntese das avaliações sob a ótica do instrumento de avaliação externa de 2015. Esse instrumento apresenta maior quantidade de avaliações de renovação de reconhecimento, visto que, após a sua publicação, pouquíssimos cursos novos foram criados na UFPel.

Em relação à Dimensão 1 – Organização Didático-Pedagógica, os indicadores que apresentaram maior índice de conceitos menores ou iguais a 3 foram: 1.1 Contexto educacional; 1.2 Políticas institucionais no âmbito do curso; 1.5 Estrutura curricular; 1.6 Conteúdos curriculares; 1.15 Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso; e 1.17 Tecnologias de informação e comunicação – TICs – no processo ensino-aprendizagem. Os indicadores 1.2 Políticas institucionais no âmbito do curso; 1.15 Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso; e 1.17 Tecnologias de informação e comunicação – TICs – no processo ensino-aprendizagem se destacaram por apresentar conceitos menores que 3 em algumas avaliações.

Sobre o “contexto educacional”, a principal constatação dos avaliadores diz respeito à falta de especificação da real demanda da sociedade para o curso avaliado.

Relativo às “Políticas institucionais no âmbito do curso”, a desatualização do PDI, as ações de pesquisa e extensão ainda em implantação e o fato da pulverização de prédios com salas de aula pelos campi Pelotas e Capão do Leão foram os itens destacados como pontos que merecem atenção da gestão institucional para a melhoria da qualidade de seus cursos de graduação.

A respeito da “Estrutura curricular”, a divergência da carga horária prevista no PPC, da indicada no sistema e-MEC e da praticada efetivamente pelo curso, além da falta de prática profissional durante a duração dos cursos foram os itens mais ressaltados pelos avaliadores.

Segundo os avaliadores, questões sobre a bibliografia das disciplinas, como falta de acervo e inadequação entre PPC e acervo das bibliotecas; além da falta de previsão de disciplinas que abordem questões sobre educação em direitos humanos e sobre relações étnico-raciais, são os pontos mais frágeis relacionados aos “Conteúdos Curriculares”.

No tocante às “Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso”, os avaliadores foram praticamente unânimes ao indicar que as ações da CPA são pouca articuladas com a gestão dos cursos de graduação, além de não haver feedback dos resultados das avaliações realizadas. Outros pontos indicados pelos avaliadores foram a falta de representação discente e da comunidade externa na Comissão; e o foco na avaliação docente pelo discente como ação de avaliação interna da CPA.

Sobre o indicador “Tecnologias de informação e comunicação – TICs – no processo ensino-aprendizagem”, os apontamentos dos avaliadores dizem respeito ao tamanho dos laboratórios de informática, além do uso compartilhado desses entre os cursos.

Apesar de ainda haver indicadores com conceitos insuficientes ou inexistentes, houve considerável redução de conceitos menores ou iguais a 3 nessa dimensão, quando comparado às avaliações do instrumento de 2012.

4.2 Dimensão 2 – Corpo Docente e Tutorial

Quadro 3 – Síntese de indicadores da Dimensão 2 – Corpo Docente e Tutorial com maior percentual de fragilidades apontadas pelos avaliadores nas avaliações *in loco*

Instrumento avaliativo de 2012	Instrumento avaliativo de 2015
2.1 Atuação do Núcleo Docente Estruturante – NDE;	2.9 Experiência profissional do corpo docente
2.10 Experiência Profissional do Corpo Docente;	
2.14 Funcionamento do colegiado de curso ou equivalente; e	
2.15 Produção científica, cultural, artística ou tecnológica.	

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, com base nos relatórios de avaliação externa de cursos da Universidade Federal de Pelotas e dos relatórios e planilhas internas organizadas pelo Núcleo de Regulação de Cursos.

Em relação aos resultados obtidos pelos cursos nas avaliações sob a ótica do Instrumento de avaliação externa de cursos de 2012 para a Dimensão 2 – Corpo Docente e Tutorial, quatro indicadores apresentam alto índice de conceitos menores ou iguais a 3: 2.1 Atuação do Núcleo Docente Estruturante – NDE; 2.10 Experiência Profissional do Corpo Docente; 2.14 Funcionamento do colegiado de curso ou equivalente; e 2.15 Produção científica, cultural, artística ou tecnológica. Da mesma forma que ocorreu na dimensão anterior, apesar desses quatro indicadores apresentarem concentração de conceitos 3, todos possuem histórico de conceitos insuficientes e inexistentes, ou seja, 2 e 1, conforme demonstra a Tabela 8, página 90.

O fato de os cursos avaliados por esse instrumento serem majoritariamente criados a partir do REUNI, ou seja, novos e sofrendo seu primeiro processo avaliativo do SINAES, pode explicar os conceitos recebidos por seus indicadores.

A adesão da UFPel ao Programa também pode auxiliar a elucidar as avaliações com conceitos baixos, visto que um dos incentivos federais para as Universidades que participaram do REUNI foi o grande número de vagas docentes para novos concursos públicos, trazendo assim um enorme contingente de novos docentes para a Instituição, grande parte desses advindos diretamente da academia, após a conclusão de mestrados e doutorados.

Em relação ao NDE, os avaliadores observam que ou não há registro de estruturação do núcleo, ou faltam documentos que comprovem a sua efetiva atuação, através de reuniões e encaminhamentos para concepção, acompanhamento, consolidação e avaliação dos projetos pedagógicos dos cursos.

Acerca da “experiência profissional do corpo docente”, os avaliadores apontam para a pequena parcela de docentes que possui experiência profissional na área de atuação do curso, fora do magistério superior.

Sobre o funcionamento do colegiado de curso, as anotações versam sobre a falta de periodicidade das reuniões e de registros com o encaminhamento de pautas pelo órgão.

No tocante ao indicador relativo à produção científica, as observações contidas nos relatórios de avaliação *in loco* convergem para os índices baixos de produções de artigos e demais estudos científicos pelo corpo docente dos cursos da Universidade.

Apesar do elevado índice de conceitos de 1 a 3 nesses quatro indicadores, a dimensão 2 é a melhor avaliada entre todas as visitas *in loco* recebidas pelos cursos da UFPel, com

destaque para os indicadores referentes ao Regime de Trabalho; Titulação e Experiência de magistério superior do corpo docente.

Já para os cursos avaliados sob a ótica do instrumento de avaliação externa de cursos de 2015, conforme mostra a Tabela 9, página 94, apenas um indicador apresentou alto índice de avaliações com conceitos menores ou iguais a 3. O indicador 2.9 “Experiência profissional do corpo docente” apresentou 47,06% desses conceitos.

Para esse indicador, a análise unânime dos apontamentos dos avaliadores nos relatórios das avaliações *in loco* indicou que o corpo docente não possui experiência profissional fora do magistério, ingressando diretamente dos cursos de graduação e pós-graduação para a carreira docente na Universidade.

Apesar dos conceitos em geral mais elevados, essa dimensão apresentou conceitos insuficientes ou inexistentes em avaliações em outros quatro indicadores: 2.1 Atuação do Núcleo Docente Estruturante – NDE; 2.11 Experiência no exercício da docência na educação básica; 2.15 Produção científica, cultural, artística ou tecnológica; e 2.20 Núcleo de apoio pedagógico e experiência docente.

4.3 Dimensão 3 – Infraestrutura

Quadro 4 – Síntese de indicadores da Dimensão 3 - Infraestrutura com maior percentual de fragilidades apontadas pelos avaliadores nas avaliações *in loco*

Instrumento avaliativo de 2012	Instrumento avaliativo de 2015
3.1 Gabinetes de trabalho para professores Tempo Integral;	3.1 Gabinetes de trabalho para professores Tempo Integral;
3.2 Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços acadêmicos;	3.2 Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços acadêmicos;
3.3 Sala de Professores;	3.3 Sala de Professores;
3.4 Salas de Aula;	3.4 Salas de Aula;
3.5 Acesso dos alunos a equipamentos de informática;	3.5 Acesso dos alunos a equipamentos de informática;
3.6 Bibliografia básica;	3.6 Bibliografia básica;
3.7 Bibliografia Complementar;	3.7 Bibliografia Complementar;
3.9 Laboratórios didáticos especializados: quantidade;	3.9 Laboratórios didáticos especializados: quantidade;
3.10 Laboratórios didáticos especializados: qualidade;	3.10 Laboratórios didáticos especializados: qualidade;
3.11 Laboratórios didáticos especializados: serviços.	3.11 Laboratórios didáticos especializados: serviços.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, com base nos relatórios de avaliação externa de cursos da Universidade Federal de Pelotas e dos relatórios e planilhas internas organizadas pelo Núcleo de Regulação de Cursos.

Para as avaliações sob a ótica do instrumento de avaliação externa de cursos de 2012, conforme traz a Tabela 8, página 90, a Dimensão 3 – Infraestrutura é a que apresenta maior índice de indicadores com conceitos 1, 2 e 3, tendo destaque negativo para 10 indicadores: 3.1 Gabinetes de trabalho para professores Tempo Integral; 3.2 Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços acadêmicos; 3.3 Sala de Professores; 3.4 Salas de Aula; 3.5 Acesso dos alunos a equipamentos de informática; 3.6 Bibliografia básica; 3.7 Bibliografia Complementar; 3.9 Laboratórios didáticos especializados: quantidade; 3.10 Laboratórios didáticos especializados: qualidade; e 3.11 Laboratórios didáticos especializados: serviços.

O único indicador que apresentou de fato índice de conceitos iguais ou maiores que 4 foi o 3.8 Periódicos especializados, visto que os demais indicadores da dimensão são específicos para cursos como Medicina e Direito, recebendo um “Não se aplica” nas avaliações dos demais cursos de graduação.

Essa dimensão acaba sofrendo diretamente com os cortes orçamentários e financeiros, pois a Instituição depende desses recursos para realizar modificações à estrutura já existente ou obras para contemplar novos espaços para as atividades acadêmicas dos cursos.

A aquisição de bibliografias e de material e equipamentos para os laboratórios da Universidade acabam sofrendo com o mesmo problema, pois também dependem da sinalização de recursos para a sua concretização.

Como consequência da grande quantidade de indicadores com conceitos menores ou iguais a 3, a dimensão 3 – Infraestrutura – é a que apresenta maior número de observações feitas pelos avaliadores nos relatórios de avaliação externa.

Referente aos “Gabinetes de trabalho para professores Tempo Integral – TI”, os avaliadores se resumem a indicar a inadequação do espaço destinado aos docentes; a inexistência de espaços individuais para os docentes ou, ainda, a existência de compartilhamento de salas entre dois, três ou mais professores, inclusive de graduações diferentes, constatações essas que se repetem para o indicador relacionado à “Sala de professores”.

Sobre o “Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços acadêmicos”, os relatórios trazem que há compartilhamento da sala do coordenador de curso com a secretaria do curso, ou ainda a alocação de coordenações de cursos afins na mesma sala, impedindo o atendimento individualizado de discentes e docentes pelos coordenadores.

Em relação às “Salas de aula”, as principais indicações dos avaliadores versam sobre a falta de conforto térmico, ergonomia do mobiliário e acessibilidade universal.

Os apontamentos sobre Bibliografias, tanto básica, como complementar, apontam para a inadequação do acervo institucional para a realidade dos cursos de graduação da UFPel, trazendo que há grandes divergências entre a bibliografia utilizada pelos cursos e a que consta nos seus projetos pedagógicos, seja por indicação de título no PPC que não consta nas bibliotecas, seja pelo número de exemplares disponível menor que o necessário para atender a comunidade acadêmica. Outro ponto levantado pelos avaliadores diz respeito à falta de acessibilidade de algumas bibliotecas, além da escassez de salas individuais para estudo.

Para os indicadores relacionados aos laboratórios didáticos especializados, os avaliadores citam a inadequação entre a quantidade de instalações e equipamentos para o número de discentes que as utilizam; além de significativo número de laboratórios previstos nos PPCs que ainda não estão implantados. Outros aspectos citados são a falta de técnicos; de acessibilidade e de política institucional para manutenção e segurança dos laboratórios.

Em relação às avaliações sob a ótica do Instrumento de avaliação externa de cursos de 2015, apesar de ter ocorrido maior índice de conceitos maiores ou iguais a 4, os mesmos indicadores da Dimensão 3 – Infraestrutura - que se destacaram negativamente nas avaliações do instrumento anterior, ainda apresentam altos percentuais de conceitos menores ou iguais a 3.

Os indicadores referentes à infraestrutura física e às bibliografias se destacam, também, por apresentar ainda grande ocorrência de conceitos insuficientes e inexistentes, mesmo após todos os recursos do REUNI para qualificação dos espaços físicos existentes e para compra ou reforma de novos prédios.

Nessa dimensão, dez indicadores foram evidenciados pelos comentários e observações dos avaliadores nos relatórios das visitas *in loco*: 3.1 Gabinetes de trabalho para professores Tempo Integral – TI; 3.2 Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços acadêmicos; 3.3 Sala de professores; 3.4 Salas de aula; 3.5 Acesso dos alunos a equipamentos de informática; 3.6 Bibliografia básica; 3.7 Bibliografia complementar; 3.9 Laboratórios didáticos especializados: quantidade; 3.10 Laboratórios didáticos especializados: qualidade; e 3.11 Laboratórios didáticos especializados: serviços.

Sobre os “Gabinetes de trabalho para professores Tempo Integral – TI” e a “Sala de professores”, os avaliadores frisam o compartilhamento de espaços como o principal problema, o que dificulta a execução do trabalho fora de sala de aula, visto que não há salas individuais para cada docente.

A respeito do “Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços acadêmicos”, os apontamentos convergem para o uso compartilhado do espaço entre as coordenações e as secretarias de curso, muitas vezes representando mais de uma graduação.

Segundo os avaliadores, as “Salas de aula”, em geral, são mal dimensionadas, não comportando a totalidade de alunos das disciplinas de maneira confortável, além de nem todas possuírem recursos multimídia.

No que diz respeito ao “Acesso dos alunos a equipamentos de informática”, os avaliadores convergem para a observação que não há computadores suficientes para todos os discentes. Além disso, frisam o fato de os laboratórios de informática da Instituição serem compartilhados entre os cursos.

Para os avaliadores, a quantidade de títulos e de seus exemplares está muito aquém das quantidades de “bibliografias básicas e complementares” consideradas excelentes pelo Ministério da Educação. Outro ponto de apreciação pelos avaliadores foi o fato de que há previsão de títulos nos PPCs que não estão disponíveis no Sistema de Bibliotecas Institucional. Ademais, os relatórios trazem considerações sobre a pulverização do acervo de bibliografias entre as diversas bibliotecas da UFPel, o que, de acordo com os avaliadores, prejudicaria os discentes e docentes que precisam ter acesso ao material, visto que teriam que se deslocar entre os diversos prédios para retirar os livros.

Sobre os “laboratórios”, as observações dos avaliadores versam sobre a existência de espaços previstos no PPC, porém ainda não implantados efetivamente. Além disso, a falta de segurança e de normas de funcionamento nos laboratórios é destacada em praticamente todas as avaliações deste instrumento.

4.4 Requisitos Legais

Quadro 5 – Síntese dos Requisitos Legais com maior percentual de não-atendimento apontados pelos avaliadores nas avaliações *in loco*

Instrumento avaliativo de 2012	Instrumento avaliativo de 2015
<ul style="list-style-type: none">▪ 4.2 Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena;	
<ul style="list-style-type: none">▪ 4.9 Condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida;	
<ul style="list-style-type: none">▪ 4.13 Políticas de educação ambiental.	

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, com base nos relatórios de avaliação externa de cursos da Universidade Federal de Pelotas e dos relatórios e planilhas internas organizadas pelo Núcleo de Regulação de Cursos.

Para os Requisitos Legais nas avaliações sob ótica do instrumento avaliativo de 2012, três pontos apresentaram o maior número de “não-atendimentos” e, conseqüentemente, de considerações dos avaliadores *in loco*: 4.2 Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena; 4.9 Condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida; e 4.13 Políticas de educação ambiental, conforme demonstra a Tabela 8, página 90.

Em relação às “Diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena” e às “Políticas de educação ambiental”, os avaliadores indicaram que não foram encontradas disciplinas ou atividades curriculares nos projetos pedagógicos dos cursos que versem sobre os assuntos, além de haver falta de tratamento da questão pelos NDEs.

Sobre as “Condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida”, houve destaque para a falta de acessibilidade física em alguns prédios, indicando a necessidade de instalação de rampas, elevadores, informações táteis e sonoras, além da adaptação de banheiros. Outro ponto frisado em diversos relatórios é o fato de que inúmeros prédios da UFPel são históricos e tombados pelo patrimônio público, o que dificulta, e às vezes até impede, intervenções para o atendimento desse requisito.

O grande avanço nas avaliações ficou a cargo do atendimento dos requisitos legais nos relatórios das visitas *in loco* referentes ao instrumento de avaliação externa de 2015, quando comparado às avaliações do instrumento de 2012, onde apenas dois dos treze requisitos não apresentaram “não atendimento”.

Nos relatórios referentes às avaliações sob a ótica do instrumento de 2015, há registro de somente quatro “não-atendimentos” de requisitos legais, que ocorreram em três avaliações, conforme mostra a Tabela 9, página 94.

Em comparação com o instrumento de 2012, os resultados das avaliações baseadas no instrumento de avaliação externa de 2015 apresentam melhores índices de atendimento dos requisitos legais, além de diminuição de indicadores com conceitos menores ou iguais a 3.

4.5 - Entrevistas

Com base nas tabelas 8 e 9, e com a finalidade de investigar os resultados das avaliações in loco do ponto de vista dos gestores da Universidade Federal de Pelotas, traçando os objetivos e metas da atual gestão para a correção de fragilidades dos cursos de graduação, e, conseqüentemente, melhorar a qualidade dos serviços educacionais, foram feitas entrevistas com os gestores das principais áreas envolvidas nas avaliações.

Os gestores selecionados para participar da fase de entrevistas desta pesquisa foram os pró-Reitores de Ensino e de Planejamento e Desenvolvimento; o vice-Reitor, na condição de presidente do Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão - Cocepe; a coordenadora do sistema de bibliotecas e o presidente da Comissão Própria de Avaliação – CPA.

Para as entrevistas, foram primeiramente apresentados aos respondentes os indicadores que mais apresentaram índices de conceitos “não-existent”, “insuficientes” e “suficientes”. Após, foram feitas nove perguntas abertas sobre o tema avaliação, dando espaço para que os entrevistados exibissem o seu conhecimento sobre o assunto, além de expor como ele é tratado dentro da Universidade.

Foi informado aos entrevistados que as respostas às perguntas não deveriam ficar restritas aos indicadores destacados pela pesquisadora como tendo o pior desempenho nas avaliações, sendo solicitado que a análise do tema fosse feita abarcando todos os indicadores que fossem de competência direta ou indireta do setor/pró-reitoria, inclusive aqueles que apresentam bons conceitos ou menores percentuais de incidência de conceitos insatisfatórios. Dessa forma, as respostas ficam mais ricas de detalhes, e apresentam, de uma forma geral, como a Universidade lida com o tema.

A primeira pergunta feita aos entrevistados foi em relação ao tempo de serviço público dentro da Universidade Federal de Pelotas. Os períodos variam entre 5 e 24 anos de dedicação à Instituição. Quatro dos entrevistados são docentes e uma é servidora técnico-administrativa em educação.

O segundo questionamento procurou saber as atribuições da função de gestão atualmente exercida pelos entrevistados, assim como outras experiências com chefias nesta e em gestões anteriores. Três dos respondentes possuem vasta experiência em gestão, variando desde coordenação de cursos de graduação e pós-graduação à direção de unidades acadêmicas e administrativas da UFPel.

As perguntas 3 e 4 procuraram identificar o conhecimento dos entrevistados sobre as avaliações externas de cursos de graduação, vinculadas ao SINAES, assim como sobre as dimensões e indicadores avaliados pelo Sistema.

O presidente da CPA iniciou o seu contato com o SINAES a partir da avaliação *in loco* para fins de reconhecimento do curso de Jornalismo da UFPel, em 2012, curso do qual era coordenador à época. Após, no período de 2016 a 2018, participou das reuniões com as equipes de avaliadores durante as visitas já como membro da Comissão Própria de Avaliação. Para o entrevistado, o seu conhecimento sobre as dimensões e indicadores avaliados pelos instrumentos do SINAES é satisfatório.

O Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento resumiu o seu conhecimento a reconhecer o SINAES como o principal instrumento de avaliação de cursos de ensino superior do país.

Já a Pró-Reitora de Ensino, além de afirmar conhecer os documentos e instrumentos avaliativos, falou que acompanha as ações de avaliação externa de cursos desde a constituição do PAIUB, quando ainda cursava o seu mestrado na UFRGS.

O Vice-Reitor da Universidade afirmou que seu conhecimento sobre o SINAES advém da vivência de avaliações de cursos como diretor de unidade acadêmica e, agora, como Vice-Reitor, declarando suspeitar conhecer cada indicador de cada uma das três dimensões, e quais são as fragilidades e pontos fortes da maioria dos cursos da UFPel e de suas unidades acadêmicas. Além disso, revelou que estudou profundamente os instrumentos de avaliação externa, pois liderou a elaboração dos projetos pedagógicos para criação de quatro cursos de bacharelado de sua unidade acadêmica de origem.

Para a coordenadora do sistema de bibliotecas, o seu conhecimento sobre o SINAES e seus instrumentos avaliativos ocorreu na prática, a partir de experiência traumatizante de visita *in loco*, ocorrida em 2014. A partir daí, foi adquirindo maior conhecimento com o acompanhamento efetivo do processo de avaliação.

Sobre a divulgação dos resultados das avaliações e o conhecimento sobre os relatórios produzidos a partir delas, foram feitas as perguntas 5 e 6, respectivamente.

Para o presidente da CPA, os relatórios não são divulgados de modo satisfatório, restringindo-se aos atores envolvidos mais diretamente com o processo de avaliação, como colegiados, NDEs e docentes. Segundo ele, o seu conhecimento sobre os resultados das avaliações é superficial, visto que apenas recebe os relatórios de avaliação, enviados pela Procuradora Educacional Institucional ao e-mail da Comissão Própria de Avaliação, sempre após a sua publicação.

Indo ao encontro dessa visão, o Vice-Reitor da UFPel traz que a divulgação dos resultados dos processos de regulação e avaliação de cursos é um ponto que pode ser melhorado, visto que fica restrita ao ambiente administrativo relacionado ao curso avaliado. Ainda segundo ele, a vice-reitoria recebe a informação sobre os resultados genericamente, ao final da visita dos avaliadores, momento que pode conceber melhorias, também, com ações de planejamento para reparar fragilidades apontadas nos relatórios das avaliações.

De acordo com o Pró-Reitor de Planejamento, a divulgação dos resultados e dos relatórios é pouca, e esses resultados chegam a ele através da publicação de notas na mídia institucional, especialmente referentes a conceitos satisfatórios.

Segundo a Pró-Reitora de Ensino, os resultados e relatórios das avaliações são encaminhados, via correio eletrônico, à pró-reitoria pelo Núcleo de Regulação de Cursos, responsável pela gestão dos processos avaliativos externos da Instituição.

A divulgação apenas ao público alvo mais imediato dos resultados das avaliações *in loco* vai de encontro com o que preconizam Dias Sobrinho (2008) e Lima (2008), que indicam a necessidade do envolvimento de toda a comunidade acadêmica nos processos avaliativos, visando não só a preparação para as visitas, mas para a criação da cultura avaliativa dentro da Instituição e a reflexão sobre o seu funcionamento e a identificação de seus pontos fortes e fracos. A partir disso, espera-se que a tomada de decisão da gestão seja feita visando traçar metas e objetivos para a elevação constante dos níveis de qualidade de seus serviços.

Com a pergunta 7, procurou-se apontar se há participação dos setores/núcleos/comissões/pró-reitorias dos entrevistados nas fases dos processos regulatórios e avaliativos, além de descrever como se dá essa participação, caso ela ocorra.

De acordo com o presidente da CPA, a comissão atua apenas quando requisitada, visando participar das reuniões com as comissões de avaliação *in loco*. Durante essas reuniões, os membros da comissão própria de avaliação explicam aos avaliadores como ocorrem os processos de autoavaliação da Instituição. Além disso, a CPA participa das demais fases dos processos avaliativos quando é requisitada pelos cursos ou por outros atores institucionais que trabalham com a avaliação externa de cursos.

A pró-reitoria de planejamento e desenvolvimento, segundo o seu gestor, participa do processo, principalmente, quando há diligências ou protocolos de compromisso, ou ainda quando são formadas comissões para a organização institucional para o recebimento dos avaliadores.

Segundo a pró-reitora de ensino, a pró-reitoria sob sua gestão participa dos processos em dois momentos: através da avaliação dos projetos pedagógicos dos cursos, feita pela

Coordenação de Ensino e Currículos; e com o cadastro dos cursos e de suas matrizes no sistema acadêmico, por meio da Coordenação de Registros Acadêmicos.

A Vice-Reitoria, de acordo com o seu gestor, participa dos processos mais diretamente em relação aos aspectos relativos às bibliografias dos cursos, enquanto o Conselho Coordenador de Ensino, da Pesquisa e da Extensão trabalha com a avaliação final dos projetos pedagógicos dos cursos, enviados ao Cocepe para alterações pedagógicas, criação de novos cursos ou atualização da matriz curricular.

Nota-se que a ideia de um processo de avaliação estruturado de forma institucional ainda não está implementado dentro da Instituição, ficando cada setor/pró-reitoria incumbido de atividades pertinentes ao seu campo de atuação, sem que haja o engajamento de toda a comunidade acadêmica para que as avaliações sejam vividas dentro de uma cultura avaliativa institucional, conforme o ideia central do SINAES, ou seja, a integração e participação de todos os atores das Instituições, cada um com suas funções e responsabilidades, porém com o propósito comum de prestação de contas à comunidade. (INEP, 2009)

Na pergunta 8, os entrevistados foram questionados sobre o seu entendimento sobre a importância das avaliações externas de cursos de graduação para o planejamento e para a gestão institucionais.

De acordo com o presidente da CPA, as avaliações externas, ao lado da autoavaliação, são fontes importantes de informações para a Instituição, pois, a partir do que é indicado pelos avaliadores nos relatórios, a Universidade pode compreender os seus limites e obrigações. Segundo o entrevistado, as avaliações deveriam instigar a gestão universitária a qualificar seus serviços educacionais e atingir a sua missão.

Para o pró-reitor de planejamento e desenvolvimento, os processos avaliativos externos possuem média importância para o planejamento e gestão institucionais. O entrevistado indica que, apesar das demandas de infraestrutura estarem previstas nos instrumentos avaliativos, há pontos relacionados a essas demandas que não estão inclusos nesses documentos, citando as questões de acessibilidade, que são avaliadas pelo MEC, e a segurança contra incêndios e riscos dos prédios, que não está presente nos indicadores avaliados. Com isso, segundo ele, corre-se o risco de investir no atendimento da acessibilidade plena dos imóveis da Instituição, porém incorrer em sérios riscos de sinistros na evacuação de prédios ou em colapsos de suas estruturas físicas.

Segundo a pró-reitora de ensino, embora se possa questionar alguns indicadores e, mais especificamente, a necessidade de avaliação externa, é preciso levar as avaliações a sério. De acordo com ela, para que os resultados possam ser efetivamente utilizados pela

Instituição no seu mecanismo de tomada de decisões, é necessário que os relatórios sejam analisados profundamente pelos cursos, e que haja planejamento coletivo entre os diversos setores envolvidos no processo. Ainda de acordo com a entrevistada, no período estudado nessa pesquisa, é possível perceber a melhoria da estrutura e conteúdos curriculares, bem como no atendimento às diretrizes curriculares de cada curso, revelando movimento dos cursos e da gestão no sentido de qualificar os cursos de graduação.

O Vice-Reitor assinala que o processo avaliativo externo de cursos é fundamental para o planejamento e para a gestão institucionais. Segundo ele, em virtude das avaliações externas, a Universidade tem buscado solucionar fragilidades apontadas nos relatórios. Ainda de acordo com o gestor, houve melhora na avaliação de cursos em virtude de ações pautadas na correção de problemas na infraestrutura e nas bibliografias, porém é preciso destacar que os processos de avaliação interna mostram fragilidades que ainda existem na Universidade que não são captadas pela avaliação do INEP, como, por exemplo, a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão; a adoção de inovação como mais uma dimensão urgente; a evasão; a retenção e a permanência.

A partir dessas respostas dos gestores, pode-se inferir que, apesar de ainda não haver uma política avaliativa institucionalizada, há o reconhecimento da gestão atual da Universidade sobre a importância das avaliações externas de cursos para a elevação de seus níveis de qualidade. Esse pensamento vai ao encontro do que indicam Lima e Bernhardt (2016), ao tratar sobre a importância da avaliação das políticas públicas em educação não só para a tomada de decisão gerencial, mas também para a efetividade dos serviços educacionais prestados à comunidade.

Na nona e última pergunta, procurou-se identificar se há preocupação da gestão em analisar os relatórios das avaliações externas, a fim de propor metas e objetivos para sanear as fragilidades institucionais e para incentivar as boas práticas dos cursos.

Para o presidente da CPA, esse ponto é uma fragilidade da Universidade, visto que há pouca reflexão sobre os resultados, resultando em poucas ações efetivas de correção das fragilidades apontadas nos relatórios de avaliação. Segundo ele, a Comissão Própria de Avaliação projeta para os próximos dois anos o desenvolvimento de estratégias para que os cursos e seus gestores utilizem as informações das avaliações externas para melhorar a qualidade da graduação na Instituição. Ainda segundo o entrevistado, com isso, a UFPel atingirá o nível de maturidade em relação aos processos avaliativos de maneira institucionalizada e internalizada como parte de uma cultura avaliativa.

Segundo o pró-reitor de planejamento e desenvolvimento, há preocupação institucional com os resultados das avaliações externas de curso, porém o cenário orçamentário e financeiro no qual se encontram as Universidades federais acaba não permitindo investimentos de cunho estrutural, apenas alocação de recursos para questões estritamente essenciais.

Para a pró-reitora de ensino, não só há a preocupação com a análise dos resultados das avaliações, como a pró-reitoria sob sua gestão propôs diversas ações para melhorar a qualidade dos cursos de graduação da Instituição. Entre as ações estão: Reuniões bimestrais com as Comissões de Cursos de Bacharelados, de Tecnologia e de Licenciaturas, em que aspectos das avaliações externas são abordados; Vinculação da Universidade com a Educação Básica, por meio da Escola Parceira, do Fórum de integração da Educação Superior com a Educação Básica e da Mostra dos Cursos de Graduação; Cadastramento de componentes curriculares somente após aprovação do Projeto Pedagógico do Curso no Conselho Coordenador de Ensino, da Pesquisa e da Extensão - Cocepe; Critérios claros e objetivos de análise dos Projetos Pedagógicos dos Cursos pela Coordenação de Ensino e Currículos, em diálogo com os colegiados e NDEs dos cursos, buscando qualificá-los, contemplando a noção de flexibilização e inovação curricular; Elaboração de tutorial aos coordenadores de curso, a fim de auxiliar no encaminhamento das rotinas acadêmicas (a partir do novo Regulamento da Graduação); Criação da Coordenação de Pedagogia Universitária, que atua no apoio aos Coordenadores de Curso e na formação/qualificação de professores universitários; Criação do setor de Articulação com a Pedagogia Universitária nas unidades acadêmicas, visando o acompanhamento e o incentivo à melhoria da aula universitária; Criação do Programa de Permanência e Qualidade Acadêmica, que visa desenvolver projetos de pesquisa (diagnóstico) e ensino voltados à redução dos índices de evasão e retenção; Bolsas de ensino voltadas a programas considerados estratégicos no sentido de redução dos índices de evasão e retenção; Constituição de comissão para análise e proposição de novas configurações curriculares; Criação de Bacharelados interdisciplinares, módulos formativos, núcleos, etc; Articulação com o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão e com a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis para o acompanhamento aos estudantes com dificuldades de aprendizagem e/ou com deficiência; Constituição de comissão para análise e elaboração de proposta do SISU Regional; Ampliação de acordos de cooperação para a mobilidade estudantil nacional e internacional, entre outras.

De acordo com o Vice-Reitor, há, sim, a preocupação da gestão com a utilização dos resultados das avaliações para a implementação de ações para sanear fragilidades nos cursos

de graduação da UFPel. Segundo ele, avanços estão sendo buscados nos processos de automatização das informações, de forma que fiquem disponíveis e de fácil acesso à comunidade acadêmica; na compreensão e no envolvimento do corpo docente dos cursos com o seu Projeto Político-Pedagógico; na estrutura curricular, tornando-a mais adequada ao atual perfil dos ingressantes; no papel da Extensão e dos Estágios na formação dos alunos, entre outras ações. Ainda de acordo com ele, a dimensão 1, referente à organização didático-pedagógica, ainda apresenta inúmeros pontos que necessitam de intervenção e melhorias.

A partir das respostas obtidas nas entrevistas com os gestores, analisadas em conjunto com os resultados das avaliações *in loco* estudadas, pode-se inferir que, apesar de haver ações isoladas visando à melhoria da qualidade dos cursos da UFPel, a partir da análise aprofundada dos relatórios e resultados das avaliações *in loco* do INEP, há ainda a necessidade de institucionalização dessas ações, abrangendo não só os cursos em avaliação, mas todas as graduações da Universidade, aplicando de fato a avaliação da política pública educacional para corrigir fragilidades, atingir os objetivos institucionais e efetivamente devolver à sociedade serviços educacionais de qualidade, como sugere Saravia (2006).

Com essa institucionalização, seria possível a criação e a manutenção de uma cultura avaliativa dentro da Instituição, começando pela desmitificação dos processos avaliativos, passando pela inclusão de toda a comunidade acadêmica nesses processos, e culminando em ações proativas visando a melhoria dos serviços educacionais prestados, através da organização, da atualização e do aperfeiçoamento dos cursos de graduação da UFPel.

Nota-se, a partir das entrevistas realizadas, que há a preocupação com a utilização dos resultados das avaliações para o planejamento e a tomada de decisão institucionais, porém constata-se que as ações instituídas pela Universidade visam atender a cenários apontados para determinado curso, criando condutas para resolver o problema apontado pelo relatório em análise, ao contrário de instituir planejamento para sanear as mesmas fragilidades nos demais cursos da Instituição.

Cabe salientar que esta dissertação analisou dados pretéritos, logo as ações mencionadas nas entrevistas pela gestão atual da Universidade ainda não refletiram sobre os resultados das avaliações, sendo recomendados novos estudos futuros para identificar se de fato elas impactaram na melhoria dos conceitos de curso obtidos nas avaliações *in loco*.

5. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

A partir das análises feitas dos resultados das avaliações *in loco* recebidas pelos cursos de graduação da Universidade Federal de Pelotas ao longo do período estudado, pode-se inferir que, apesar de haver ações para sanear fragilidades apontadas nos relatórios de avaliação externa, essas são pontuais e aplicadas para corrigir os problemas de cursos isolados, que procuram melhorar os conceitos obtidos por esses, não prevendo, necessariamente, a criação de uma cultura avaliativa dentro da UFPel.

Nota-se, a partir das respostas às entrevistas, que as ações existentes são de natureza reativa, propostas justamente para tratar fragilidades apontadas pelos avaliadores nos relatórios de avaliação externa que geram conceitos insuficientes, diligências ou protocolos de compromisso. Busca-se com este trabalho e seus resultados criar uma cultura avaliativa dentro da Universidade, utilizando como critério para criação de ações para melhoria da qualidade de cunho proativo, antecipando-se às possíveis fragilidades e falhas do sistema educacional da Instituição, visando levar à comunidade o melhor serviço educacional possível.

Com base nos dados colhidos e analisados nesta dissertação e com o intuito de colaborar com o aumento da qualidade dos serviços educacionais prestados pela UFPel, através da melhoria das avaliações externas do curso da Instituição, propõe-se a criação de uma comissão com a atribuição de acompanhar os processos regulatórios e avaliativos recebidos pelos cursos de graduação na Universidade.

Visto que os principais problemas apresentados pelos relatórios de avaliação dos cursos da UFPel estão dentre as atribuições dos cinco entrevistados neste trabalho, propõe-se que a comissão seja composta pelos representantes dos seguintes setores/pró-reitorias: Pró-Reitoria de Ensino, com um representante de cada uma de suas quatro coordenações (Coordenação de Pedagogia Universitária; Coordenadoria de Ensino e Currículo; Coordenação de Registros Acadêmicos; e Coordenação de Programas de Educação à Distância); Pró-reitoria de Planejamento, com representantes de suas coordenações e núcleos (Coordenação de Obras e Projetos para Estrutura Física e Coordenação de Desenvolvimento do Plano Diretor); Pró-reitoria de Gestão da Informação e da Comunicação, com representantes de suas coordenações de tecnologia da informação; Pró-Reitoria Administrativa, com representante de sua Superintendência de Infraestrutura; Comissão Própria de Avaliação – CPA -; Coordenação de Bibliotecas; Gabinetes do Reitor e do Vice-Reitor e membros do Núcleo de Regulação e Acompanhamento de Cursos, vinculados à Pró-Reitoria de Gestão da Informação e da Comunicação.

Indo em direção ao que pregam Botelho, Santos, Souza & Lima (2014) e INEP (2009), a ideia é que cada membro possua atribuições, conforme a sua área de atuação, porém a comissão trabalhe para o propósito comum de prestação de contas à sociedade, levando ensino superior de qualidade à comunidade UFPel.

À Pró-Reitoria de Ensino e suas coordenações, caberiam, os assuntos relativos à atualização e manutenção dos projetos pedagógicos, através da Coordenação de Ensino e Currículos; às matrizes curriculares e a disposição de informações acadêmicas no sistema acadêmico, responsabilidade da Coordenação de Registros Acadêmicos; à oferta e expansão de cursos de graduação a distância, a cargo da Coordenação de Programas de Educação à Distância; e ao desenvolvimento e formação de docentes da Universidade, responsabilidade da Coordenação de Pedagogia Universitária.

À Pró-Reitoria de Planejamento, juntamente com a Superintendência de Infraestrutura da Pró-Reitoria Administrativa, caberia as questões ligadas à infraestrutura dos cursos da Instituição, como obras e melhorias às estruturas físicas da Instituição, visando a melhoria dos espaços destinados aos cursos. Além disso, às questões sobre educação ambiental e sustentabilidade ficariam, em conjunto com a Pró-Reitoria de Ensino, a cargo do Núcleo de Planejamento Ambiental, ligado à Coordenação de Desenvolvimento do Plano Diretor.

À Coordenação de Bibliotecas, incide a organização e desenvolvimento de metas e programas para a qualificação das bibliografias dos cursos, visando a atualização e a manutenção do acervo das bibliotecas.

À Comissão Própria de Avaliação, ficam destinados os estudos sobre avaliação interna da Instituição como um todo, visando trazer para a Comissão dados e análises sobre a visão da comunidade interna sobre a qualidade dos serviços educacionais prestados pela UFPel. Além disso, cabe a divulgação da avaliação interna aos atores institucionais, como parte da ação de criação da cultura avaliativa dentro da Universidade.

À Pró-Reitoria de Gestão da Informação e Comunicação, a partir de seu Núcleo de Regulação de Cursos, cabe a gestão dos dados e dos processos de avaliação externa de cursos da Instituição, além do apoio e treinamento dos servidores da UFPel sobre os processos avaliativos do SINAES, sua importância e suas consequências. Às Coordenações de Tecnologia da Informação, ficam destinados o apoio ao uso de tecnologia, como o funcionamento e atualização do sistema acadêmico, além das questões referentes à disponibilização e ao uso da internet nas dependências da Universidade.

Essa comissão ficaria responsável por analisar detalhadamente os relatórios de todas as avaliações externas recebidas por cursos de graduação da UFPel, juntamente com os coordenadores de curso e diretores de unidade, e outros membros que a comissão achar necessários, procurando, assim, planejar ações e colocá-las em prática visando sanear as fragilidades institucionais. Além disso, a comissão ficaria incumbida de estudo aprofundado sobre os cursos ofertados pela Instituição, visando instruir a tomada de decisão da gestão universitária sobre quais cursos devem ser mantidos, quais devem ser reformulados, quais podem ser extintos, e, principalmente, quais cursos possuem demanda na região que justifique a sua criação e manutenção pela Universidade.

Com essa comissão, espera-se, também, que haja maior divulgação de todos os resultados de avaliação recebidos, e não somente os considerados “muito bons” e “excelentes”, visto que mesmo esses possuem margem para melhorias. Além disso, espera-se que toda a comunidade da Universidade seja incluída nesses processos avaliativos, não só participando de avaliações internas ou sendo receptoras das comunicações da Instituição sobre os resultados obtidos pelos cursos, mas, sim, sendo ouvida sobre as decisões da gestão sobre as ações que estão sendo propostas, colaborando, assim, para a criação de cultura avaliativa e inclusiva dentro da UFPel.

Outro ponto frágil encontrado através deste estudo está na falta de um protocolo de ações a ser seguido pelos cursos durante os processos de regulação e avaliação do MEC. Para sanear este ponto, foi desenvolvido, entre 2017 e 2018, um manual com todas as informações pertinentes a todas as fases desses processos.

O manual é enviado às coordenações de curso, quando chega ao conhecimento do Núcleo de Regulação de Cursos (NRC) que haverá processo de reconhecimento ou renovação de reconhecimento aberto num futuro próximo. Além disso, à cada finalização de fase, o Núcleo envia novamente o capítulo do manual referente à próxima etapa do processo para que o curso se prepare com antecedência para as atribuições que virão.

O Núcleo de Regulação de Cursos já trabalhava com um material desenvolvido especificamente para a etapa da visita *in loco*, porém, com a ocorrência das avaliações, notou-se a necessidade de ampliar as orientações dadas aos coordenadores e secretários de curso, documentando os procedimentos anteriores à vinda dos avaliadores, detalhando as etapas de formulários do processo, assim como destacando o histórico e a importância das avaliações do SINAES.

Com mais de cem páginas, e dividido em capítulos, nomeados a partir de cada fase processual, o manual tenta desembaraçar os processos avaliativos, de forma estruturada e

padrão para todos os cursos. Além de trazer em seus capítulos iniciais um histórico sobre avaliação e os principais aspectos sobre o SINAES, o documento traz os formulários das fases processuais da avaliação item por item, com explicações sobre como preencher cada item, através de informações obtidas no próprio instrumento de avaliação externa do MEC. O documento está disponível para acesso e consultas no sítio eletrônico do NRC, <https://wp.ufpel.edu.br/cpi/nrc/documentos-e-formularios>

Para a parte relativa às visitas *in loco*, o manual revitalizou o checklist de documentos que deve ser preparado pelas coordenações de curso para apresentação aos avaliadores externos, parte constante do primeiro manual desenvolvido pelo Núcleo de Regulação de Cursos, em 2013. Esse apanhado de documentos foi elaborado a partir das solicitações de avaliadores nas inúmeras avaliações recebidas pelos cursos durante os anos. Além disso, o documento indica todas as ações que devem ser tomadas pelos cursos antes do início dos processos avaliativos, e, também, traz todos os setores institucionais que devem ser informados sobre a visita e convidados a participar das reuniões do processo, inclusive enumerando as responsabilidades de cada um deles.

Com a criação desta comissão e deste manual, como protocolo de ação, pretende-se também atacar outro ponto frágil da Instituição que é a falta de conhecimento dos servidores da UFPel sobre os processos avaliativos e seus impactos nos cursos de graduação e na própria Universidade. Há diversas ações institucionais que visam disseminar conhecimento à comunidade institucional sobre o tema, porém elas são feitas de maneira não institucionalizadas, e são aplicadas apenas para aqueles servidores de cursos que passam ou passarão por processos regulatórios e avaliativos iminentes.

A proposta é que novos treinamentos sejam pensados de forma a contemplar todos os servidores da Universidade, como forma de criação de cultura avaliativa e de inclusão de toda a comunidade UFPel nas avaliações externas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo geral analisar os resultados das avaliações *in loco* de cursos da Universidade Federal de Pelotas, traçando um histórico dessas avaliações em um determinado espaço temporal, visando investigar se os relatórios de avaliações *in loco*, relativos aos processos avaliativos do SINAES, são utilizados pela gestão da Universidade Federal de Pelotas para estudos e planejamentos sobre ações que visem melhorias na qualidade de seus cursos de graduação, na visão dos gestores das principais áreas envolvidas no processo avaliativo.

Para iniciar o estudo, foi selecionado o período corresponde à vigência dos Instrumentos de avaliação externa de 2012 e 2015, ou seja, maio de 2012 a dezembro de 2017. O período foi escolhido, pois compreende o maior número de avaliações em cursos de graduação da UFPel, além de apresentar relatórios mais detalhados do que os produzidos por avaliações de instrumentos anteriores. Além disso, o período estudado abrange os anos pós-REUNI, quando, apesar de não haver mais incentivos financeiros às Universidades para a qualificação e expansão de seus serviços educacionais, ainda previa metas para elas, referentes aos recursos recebidos até 2012.

Tão logo selecionado o período de estudo, foram analisados os conceitos obtidos por cada um dos cursos em todos os indicadores das três dimensões avaliadas – Didático-Pedagógica, Corpo Docente e Tutorial e Infraestrutura -, além do atendimento aos requisitos legais, agrupados por instrumento avaliativo.

Após, foram apontados pontos fracos, bem como de oportunidades de crescimento e melhoria dos níveis de qualidade almejados. A partir dessa análise, foram elencados as principais fragilidades encontradas nos indicadores e realizadas entrevistas com os membros da gestão atual da Universidade, a fim de identificar as ações e planejamentos para o saneamento dos problemas apontados, nos relatórios de avaliação, pelas diversas comissões de visita *in loco* que avaliaram os cursos de graduação da UFPel, no período estudado.

Analisando os resultados dos 77 relatórios das avaliações alvo deste trabalho, pode-se constatar que o conceito médio obtido pelos cursos foi de 3,78, ou seja, satisfatório, porém muito abaixo do conceito máximo – 5. Das 77 avaliações estudadas, apenas 4 cursos alcançaram o conceito “excelente”, representando cerca de 5% da amostra analisada, enquanto que a grande maioria das avaliações resultou em conceito 4 ou “muito bom”, equivalendo a aproximadamente 68% do total de relatórios avaliados.

A partir dessa análise, foi constatado que a dimensão Organização Didático-Pedagógica apresentou, em média, conceito 3,74, que, apesar de após o arredondamento ser considerado “muito bom”, demonstra que a premissa de expansão com qualidade pedagógica, preconizada pelo REUNI, não foi totalmente atingida.

Entre os indicadores com maior índice de conceitos menores ou iguais a 3, estão o Contexto educacional; as Políticas institucionais no âmbito do curso; a Estrutura curricular; os Conteúdos curriculares, as Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso; e as Tecnologias de informação e comunicação no processo ensino-aprendizagem.

Apesar de haver significativa melhora dos conceitos obtidos por esses indicadores nas avaliações referentes ao instrumento de avaliação externa de cursos de 2015, em relação às referentes ao instrumento de 2012, nota-se que os mesmos indicadores ainda figuram entre os maiores índices de baixo conceito.

Na dimensão 2 – Corpo docente e Tutorial -, todas as 77 avaliações atingiram conceitos superiores a 3, sendo que 76 cursos alcançaram conceitos iguais ou superiores a 4, sendo a política de expansão da qualificação e da contratação de corpo docente da UFPel considerada “muito boa” ou “excelente”. Isso mostra que esse quesito do acordo de metas do REUNI foi, não só atendido, como diretamente atingido pelos incentivos financeiros advindos do Programa.

Os indicadores dessa dimensão que se destacaram por possuir altos índices de conceitos menores ou iguais a 3 foram Atuação do Núcleo Docente Estruturante – NDE; Experiência profissional do corpo docente; Funcionamento do colegiado de curso ou equivalente; e Produção científica, cultural, artística ou tecnológica. Observa-se que houve melhoria nos conceitos obtidos nas avaliações a partir do instrumento avaliativo de 2015, em relação às do instrumento de 2012, visto que, nas avaliações do primeiro, apenas um indicador apresentou alto índice de conceitos baixos: Experiência profissional do corpo docente, consagrando a Dimensão do corpo docente e tutorial como a que mais obteve avanços nas avaliações de curso da UFPel.

A maior dificuldade encontrada pelos cursos da Universidade nessas avaliações foi a dimensão 3 - infraestrutura. Do total de cursos avaliados nesta pesquisa, apenas 24 conseguiram obter conceitos iguais ou maiores de 4, e 18 receberam conceitos “inexistentes” ou “insuficientes”. Numa análise mais detalhada dos relatórios, pode-se verificar que quesitos básicos, como bibliografia, estrutura física para trabalho dos docentes e para laboratórios didáticos, atingiram notas precárias, não condizendo com o que foi acordado pela

Universidade no Programa REUNI em relação à melhoria de sua infraestrutura e a otimização dos espaços.

Os indicadores dessa dimensão que apresentaram maior índice de conceitos menores ou iguais a 3 foram: Gabinetes de trabalho para professores Tempo Integral – TI; Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços acadêmicos; Sala de professores; Salas de aula; Acesso dos alunos a equipamentos de informática; Bibliografia básica; Bibliografia complementar; Laboratórios didáticos especializados: quantidade; Laboratórios didáticos especializados: qualidade; e Laboratórios didáticos especializados: serviços.

Ao comparar as avaliações regidas pelo instrumento de 2015 com as do instrumento de 2012, pode-se inferir que os mesmos indicadores com maiores fragilidades se repetem, demonstrando que os cursos ainda carecem de ações institucionais para o saneamento de suas fragilidades relacionadas à sua infraestrutura, tanto física, como de bibliografia e de laboratórios.

O grande avanço nas avaliações ficou a cargo do atendimento dos Requisitos Legais nos relatórios das visitas *in loco* referentes ao instrumento de avaliação externa de 2015, quando comparado às avaliações do instrumento de 2012, onde apenas dois dos treze requisitos não apresentaram “não atendimento”.

Nos relatórios referentes às avaliações sob a ótica do instrumento de 2015, ocorreram apenas quatro “não-atendimentos” de requisitos legais, demonstrando grande avanço dos cursos da Universidade em relação ao cumprimento de requisitos legais em seus Projetos Pedagógicos.

A partir das respostas dos gestores obtidas nas entrevistas, pode-se inferir que há o reconhecimento da importância das avaliações do SINAES para a qualidade dos cursos de graduação, apesar de não haver uma cultura avaliativa implementada na instituição. Diversas ações foram propostas e são colocadas em práticas, porém são utilizadas para resolver problemas pontuais de cursos que estão em avaliação, em detrimento de uma política institucional visando à elevação dos níveis de qualidade de todos os seus cursos de graduação.

Outro ponto que pode ser identificado através das entrevistas e da análise dos resultados das avaliações é a necessidade de ações de avaliação interna periódicas de seus processos, feitas a partir do olhar da comunidade interna à Universidade, para, juntamente com as avaliações externas, nortear a tomada de decisão gerencial sobre quais cursos devem ser mantidos, quais devem ser criados e quais devem ser descontinuados, além de propor ações efetivas para a elevação da qualidade dos serviços educacionais prestados.

A necessidade de uma maior divulgação de todo o processo avaliativo, e não só de seus resultados, também foi um ponto frisado nas entrevistas. Não há como criar cultura em prol da avaliação se não há informação à comunidade sobre as diferentes fases do processo, e, principalmente, sobre a sua importância e relevância. Em relação aos resultados das avaliações, faz-se imprescindível que haja a divulgação de todos os conceitos, e não só daqueles considerados “muito bons” ou “excelentes”, pois a análise das avaliações consideradas apenas “satisfatórias” e as “insatisfatórias” oferece muito mais detalhes e nortes para guiar a evolução da qualidade dentro da Universidade.

Entre os temas que podem auxiliar nessa melhoria da qualidade, e, portanto, deveriam ser pensados pela gestão Universitária, está o incentivo institucional às práticas positivas instituídas pelos cursos de graduação. Planejamentos e ações que geraram resultados positivos em um curso podem colaborar para a qualificação de outros, a partir da divulgação e da institucionalização dessas ações.

A implantação de comissões para o acompanhamento dos processos regulatórios e avaliativos e de ações de melhoria, como a que foi sugerida por esta pesquisa, também podem ser um grande aliado para o aperfeiçoamento dos cursos de graduação da Universidade. O interessante aqui é a implementação dessas comissões não só para os casos de cursos com notas insatisfatórias, em diligência ou em protocolos de compromisso, mas, sim, a institucionalização, a partir da vivência de uma cultura avaliativa, da necessidade de constantemente buscar a qualificação dos serviços prestados, pois sempre há espaço para progresso e inovações.

Outrossim, cabe destacar que essa cultura avaliativa deve ser colocada em prática não apenas para fins de avaliações externas feitas pelo Ministério da Educação. O que deve estar enraizado dentro da Instituição é a necessidade de aprimorar os seus processos, visando à qualidade dos serviços prestados à comunidade no seu dia a dia, sem necessitar obrigatoriamente de um olhar externo para ditar o que deve ser aperfeiçoado e o que deve ser utilizado como exemplo de prática institucional de sucesso.

Por fim, para que seja efetivo, o processo avaliativo não deve possuir viés punitivo, mas, sim, caráter formativo, através do reconhecimento de suas fragilidades e potencialidades, assim como de sua realidade institucional, envolvendo toda a comunidade acadêmica rumo à qualificação de seus serviços educacionais, conforme indica Belloni (1999).

Para trabalhos futuros, sugere-se que sejam avaliados os resultados das avaliações *in loco* mais atuais e feitas após a implantação das ações mencionadas pelos gestores nas entrevistas desta pesquisa, para identificar se de fato as ações propostas pela atual gestão da

Universidade impactaram na melhoria dos conceitos de curso obtidos nos processos avaliativos externos.

Ainda, é interessante correlacionar os resultados das avaliações externas de curso com os obtidos nas avaliações de desempenho do estudante, visando traçar pontos em comum e discrepâncias que auxiliem na conscientização dos discentes sobre a importância das avaliações na qualidade dos cursos da Universidade, e o impacto que esses processos têm sobre a sua formação.

Outro tema que pode ser investigado é a avaliação institucional interna como meio de qualificação dos cursos de graduação, utilizando o mesmo instrumento avaliativo externo para identificar, na visão da comunidade acadêmica, qual o nível de qualidade do ensino superior da Instituição. A partir dos resultados, pode ser feita uma comparação com as visões dos avaliadores externos, a fim de diminuir a subjetividade dos relatórios e propor ações mais efetivas para a manutenção da qualidade dos serviços da Universidade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, D. C. T.; CASTRO, C. G.; CAPPELLE, M. C. A.; PEREIRA, J. R. **A Gestão Pública e o REUNI: Entre o Social e Gerencial**. 2011. Disponível em: <<http://repositorio.ufla.br/handle/1/203>>. Acesso em: 25 julho 2017.

ANDRADE, Maria Antônia Brandão de. **As Contribuições da Avaliação dos Cursos de Graduação para a Melhoria da Qualidade da Educação Superior**. 2011. 267 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação - Universidade Federal da Bahia, 2011. Disponível em <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/9019/1/Maria%20Antonia%20B.%20de%20Andrade.pdf>>. Acesso em: 25 de novembro de 2017.

BARREYRO, G. B.; ROTHEN, J. C. “SINAES” Contraditórios: Considerações Sobre a Elaboração a Implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Revista Educ. Soc.** Campinas, SP, vol. 27, n. 96 – Especial – p. 955-977, out. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302006000300015&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 12 de novembro de 2017.

BATISTA, Michelle Espíndola. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: a avaliação externa a partir da prática dos avaliadores ad hoc do INEP**. 149 f. Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação Em Educação) –Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUBD-9Q7F87>>. Acesso em 13 de novembro de 2017.

BELLONI, ISAURA. Avaliação Institucional: Um instrumento de democratização da Educação. **Linhas Críticas**, v. 5, n. 9, jul-dez 1999. Disponível em <<http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/viewFile/6711/5418>>. Acesso em 16 de dezembro de 2017.

BITTENCOURT, M.F.; FERREIRA, P. A. **As obras na implementação de políticas públicas: O caso do REUNI**. In XXXVIII Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, 13 a 17 de setembro de 2014. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2014_EnANPAD_APB1575.pdf>. Acesso em: 25 julho 2017.

BOTELHO, R. O.; SANTOS, A. B.; SOUZA, P. C.; LIMA, M. A. **Apreciação crítica ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES**. In XIV Colóquio Internacional de Gestão Universitária – CIGU. Florianópolis, 3 a 5 de dezembro de 2014. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/131787>. Acesso em 25 de setembro de 2017.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 16 de dezembro de 2017.

BRASIL, Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017: Brasil, 2017 **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2017. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9235.htm#art107>. Acesso em 10 de fevereiro de 2019.

BRASIL, Lei n. 10861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2004. Disponível em:

<www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>. Acesso em: 1º mar. 2017.

BRASIL, Ministério da Educação. **Acordo de Metas nº 031**: MEC e UFPel, Março 2008.

BRASIL, Ministério da Educação; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior**: da concepção à regulação. 5. ed. Brasília, DF: BRASIL, 2009 Disponível em: <http://www.pucsp.br/cpa/downloads/documento_sinaes_set_09.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2017.

BRASIL, Ministério da Educação; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação - presencial e a distância**: INEP, 2012. Disponível em: <download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2012/instrumento_com_alteracoes_mai_12.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2017

BRASIL, Ministério da Educação; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior**: Avaliação *in loco*: Referenciais no âmbito dos Sinaes. Brasília, DF: BRASIL, 2015a.v. 5. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/527556>. Acesso em: 05 mar. 2017.

BRASIL, Ministério da Educação; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Avaliação dos Cursos de Graduação**: BRASIL, 2015b. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/avaliacao-dos-cursos-de-graduacao>>. Acesso em: 05 mar. 2017

BRASIL, Ministério da Educação; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação - presencial e a distância**: BRASIL, 2015c. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2015/instrumento_cursos_graduacao_publicacao_agosto_2015.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2017

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Gerais**: BRASIL, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>>. Acesso em 25 jul. 2017

BRASIL, Ministério da Educação. **O que é o REUNI**: BRASIL, 2010. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>>. Acesso em 15 abr. 2017

BRASIL, Ministério da Educação. **REUNI 2008: Relatório de Primeiro Ano**: BRASIL, 2009. Disponível em: <portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 25 jul. 2017

BRITO, Márcia Regina F. de. O SINAES e o ENADE: da concepção à implantação. **Revista Avaliação**, v. 13, n. 03, p. 841-850, nov. de 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v13n3/14.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2017.

CALDERÓN, A. I.; POLTRONIERI, H.; BORGES, R.M. Os rankings na educação superior brasileira: políticas de governo ou de Estado? **Revista Ensaio**: Avaliação e Políticas Públicas

em Educação, v. 19, n. 73, p. 813-826, out/dez. de 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v19n73/05.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2017.

CHERUBIM, A. P. M. S.; MARTINS, G. A.; SILVEIRA, J. A. G. **Abordagem metodológica qualitativo-quantitativa em pesquisas na área de administração.** . In Enanpad, 2003. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad2003-epa-0249.pdf>>. Acesso em: 10 março 2018.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação ética e política em função da educação como direito público ou como mercadoria? **Revista Educ. Soc.**, v. 25, n. 88, p. 703-725, out. de 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n88/a04v2588.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

DIAS SOBRINHO, José. Qualidade, Avaliação: Do SINAES a Índices. **Revista Avaliação**, v. 13, n. 3, p. 817-825, nov. de 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v13n3/11.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2017.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação e transformações de educação superior brasileira (1995-2009): do provão aos Sinaes. **Revista Avaliação**, v. 15, n. 1, p.195-224, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v15n1/v15n1a11.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2017.

DUARTE, Cássia, S.; OLIVEIRA, Tatiana, S. M. O Financiamento das Instituições Federais de Ensino Superior: O Caso da Universidade Federal de Goiás. **Revista Organização Sistêmica**, v. 2, n. 1, jul-dez, 2012. Disponível em: <<https://www.uninter.com/revistaorganizacao sistemica/index.php/organizacaoSistemica/articloe/>>

FERNANDES, Reynaldo et al. **Avaliação de curso na educação superior: a função e a mecânica do Conceito Preliminar de Curso.** Brasília: INEP, 2009. Disponível em: <<http://www.publicacoes.inep.gov.br/portal/download/698>>. Acesso em: 07 de janeiro de 2018.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, T. S. **Métodos de Pesquisa.** Ed. UFRGS, 2009. 1ª edição. Disponível em <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf> Acesso em 7 de março de 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa.** São Paulo, SP. Ed. Atlas, 4ª edição, 2002. . [Minha Biblioteca]

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa.** São Paulo, SP. Ed. Atlas, 6Lª edição, 2017. [Minha Biblioteca]

GIL, Antônio Carlos. **Estudo de Caso - Fundamentação Científica; Subsídios para Coleta e Análise de Dados; Como Redigir o Relatório.** São Paulo, SP. Ed. Atlas, 2009. [Minha Biblioteca].

GIOLO, Jaime. “SINAES” Intermitentes. **Revista Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 3, p. 851-856, Nov. 2008. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v13n3/15.pdf>> Acesso em 03 de janeiro de 2018.

GONTIJO, E.D.; SENNA, M. I. B.; LIMA, L. B.; DUCZMAL, L. H. Cursos de Graduação em Medicina: uma Análise a partir do Sinaes. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v.35, n. 2, p. 209-218, 2011. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbem/v35n2/10.pdf>>. Acesso em: 07 novembro 2017.

LACERDA, L.L.V.; FERRI, C.; DUARTE, B.K.C. SINAES: avaliação, accountability e desempenho. **Revista Avaliação**, v. 21, n. 3, p. 975-992, nov. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772016000300975&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 08 nov. 2017.

LIMA, Elizeth Gonzaga dos Santos. **Avaliação Institucional: o uso dos resultados como estratégia de (re)organização dos espaços de discussão na universidade**. 2008. 242 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Campinas, SP. Disponível em <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/251859/1/Lima_ElizethGonzagadosSantos_D.pdf>. Acesso em: 20 de janeiro de 2018.

MARANHÃO, J. D.; PASSOS, W. S.; VÉRAS, R. M. **Avaliação do processo de Adesão da UFBA ao REUNI**. In XIII Coloquio de Gestión Universitaria em Américas, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/16706>>. Acesso em: 25 julho 2017.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo, SP Ed. Atlas, 5ª edição, 2003.

MARQUES, Lilian T. **Análise da relação entre os indicadores de desempenho e as variações das despesas públicas em universidades federais de ensino superior**. In XXIII Congresso Brasileiro de Custos. Porto de Galinhas, PE, 16 a 18 de novembro de 2016. Disponível em: <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/4129>>. Acesso em: 25 julho 2017.

MARTINS, M.A.R.; PONTE, A.C.E. **A Avaliação Institucional no SINAES: A produção no banco de teses da CAPES (2004-2010)**. In XXVI Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação – ANPES. Recife, PE, 27 a 30 de maio de 2013. Disponível em <<http://www.anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/MariaAngelicaRodriguesMartins-ComunicacaoOral-int.pdf>>. Acesso em 28 de setembro de 2017.

OLIVEIRA, A. J.; ALMEIDA, L. B.; CARNEIRO, T. C. J.; SCARPIN, J. E. O Programa RENI nas Instituições de Ensino Superior Federal Brasileiras: Um estudo da eficiência operacional por meio da análise envoltória de dados no período de 2006 a 2012. **Revista RACE**, v. 13, n. 3, P. 1179-1210, Set/Dez. de 2014. Disponível em: <https://editora.unoesc.edu.br/index.php/race/article/viewFile/4196/pdf_64>. Acesso em: 25 julho 2017.

OLIVEIRA, A. P. M.; SOUZA, V. C.; SOUSA, J.V.; TAVARES, E. P. G. Políticas de avaliação e regulação da educação superior brasileira: percepções de coordenadores de licenciaturas no Distrito Federal. **Revista Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 18, n. 3, p. 629-655, Nov 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772013000300007&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 07 de novembro de 2017.

PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda. Políticas de avaliação e regulação na educação superior brasileira: a difícil relação entre expansão, melhoria da qualidade e controle de resultados. **Revista Propuesta Educativa**, Argentina, ano 24, nº 43, junho/2015, p. 32-45. Disponível em <www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1995-77852015000100005>. Acesso em: 13 de novembro de 2017.

POLIDORI, Marlis. M.; MARINHO-ARAÚJO, Claisy. M.; BARREYRO, Gladys. B. SINAES: Perspectivas e desafios na avaliação da educação superior brasileira. **Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 14, n. 53, p. 425-436, out/dez. de

2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n53/a02v1453.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2017.

RAMOS, M. G. G.; GARCIA, T. E. M.; NOGUEIRA, M.G.S. A Gestão do REUNI da UFPel: Um olhar sobre a qualidade da expansão. **Revista Desafio**, v. 1, n. II, Maio/Ago. de 2013. Disponível em: <<http://seer.ufms.br/index.php/deson/article/view/1110>>. Acesso em: 25 julho 2017.

RIBEIRO, Elisa Antônia. As atuais políticas públicas de avaliação para a educação superior e os impactos na configuração do trabalho docente. **Revista Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 17, n. 2, p. 299 a 316, jul 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772012000200002>. Acesso em 28 de outubro de 2017.

ROBERTO, Rúbia Fonseca. O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação das Universidades Federais: O Caso REUNI na Universidade Federal de Viçosa. **Revista APGS**, v. 3, n. 3, p. 300-323, jul/set. de 2011. Disponível em: < http://www.apgs.ufv.br/index.php/apgs/article/view/65#.WatG_DW1vIU 4129 >. Acesso em: 25 julho 2017.

SAFANELLI, et al. Avaliação da Educação Superior: **A Importância do Sinaes nas Políticas Públicas de Avaliações**. In 3º Simpósio de Avaliação da Educação Superior, Florianópolis, 05 a 06 de setembro de 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/179290>>. Acesso em: 14 de novembro 2017.

SARAVIA, Enrique. Introdução à Teoria da Política Pública. In **Políticas Públicas**, Coletânea. ENAP - Escola Nacional de Administração Pública: Brasília – DF, 2007, p. 21-42. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1254/1/cppv1_0101_saravia.pdf>. Acesso em: 25 julho 2017.

SOARES, T. C.; SERRA, F. A. R.; PEREIRA, M. F.; MAZON, G. **REUNI e as fontes de financiamento das Universidades Federais brasileiras**. In IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul, Florianópolis, 25 a 27 de novembro de 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/36771/Reuni%20e%20as%20fontes%20de%20financiamentos%20das%20universidades%20federais%20brasileiras.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 25 julho 2017.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Revista Sociologias**: Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 25 julho 2017.

TREVISAN, M. S., SARTURI, R. C. O estado da arte do Sinaes: levantamento de teses e conceitos. In 2º Simpósio de Avaliação da Educação Superior, Porto Alegre, RS, 31 de agosto a 02 de setembro de 2016. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/avalies2016/anais-do-evento/artigos-1/156331.pdf>>. Acesso em: 15 de novembro 2017.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais. Ed. Atlas S.A, São Paulo, 2015. 1. ed. 1987, 23. Reimpressão, 2015.

UFPEL, Universidade Federal de Pelotas. **Institucional – Histórico**: UFPel, 2017. Disponível em <<https://portal.ufpel.edu.br/historico/>>. Acesso em 10 de março de 2018

UTZIG, Gilmar. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes: Desafios e Compromissos na Fiar – Faculdades Integradas de Ariquemes. 2012. 128 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação – Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR. Disponível em <http://www.mestradoeducacao.unir.br/downloads/1628_dissertacao_gilmar___analise_final.pdf>. Acesso em: 26 de novembro de 2017.

VERHINE, Robert E. Avaliação e regulação da educação superior: uma análise a partir dos primeiros 10 anos do SINAES. **Revista Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 20, n. 3, p. 603 a 619, nov 2015. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v20n3/1414-4077-aval-20-03-00603.pdf>>. Acesso em 15 de setembro de 2017.

WEBER, Silke. Avaliação e Regulação da Educação Superior: Conquistas e Impasses. **Revista Educ. Soc.**, Campinas, SP, v. 31, n. 113, p. 1247-1269, out-dez. 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/11.pdf>>. Acesso em 07 de novembro de 2017.

YIN, Robert K. **Pesquisa Qualitativa do Início ao Fim**. Editora Penso, Porto Alegre, 2016. [Minha Biblioteca]. Acesso em 07 de janeiro de 2019

Anexos

Anexo 1: Extrato do Instrumento de Avaliação Externa de Cursos – Maio de 2012

Dimensão 1 – Organização Didático-Pedagógica	
1.1	Contexto educacional
1.2	Políticas institucionais no âmbito do curso
1.3	Objetivos do curso
1.4	Perfil profissional do egresso
1.5	Estrutura curricular
1.6	Conteúdos curriculares
1.7	Metodologia
1.8	Estágio curricular supervisionado
1.9	Atividades complementares
1.10	Trabalho de conclusão de curso (TCC)
1.11	Apoio ao discente
1.12	Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso
1.13	Atividades de tutoria
1.14	Tecnologias de informação e comunicação – TICs – no processo ensino-aprendizagem
1.15	Material didático institucional
1.16	Mecanismos de interação entre docentes, tutores e estudantes
1.17	Procedimentos de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem
1.18	Número de vagas
1.19	Integração com as redes públicas de ensino
1.20	Integração com o sistema local e regional de saúde e o SUS
1.21	Ensino na área de saúde
1.22	Atividades práticas de ensino
Dimensão 2 – Corpo Docente e Tutorial	
2.1	Atuação do Núcleo Docente Estruturante – NDE
2.2	Atuação do(a) coordenador(a)
2.3	Experiência do(a) coordenador(a) do curso em cursos a distância
2.4	Experiência profissional, de magistério superior e de gestão acadêmica do(a) coordenador(a)
2.5	Regime de trabalho do(a) coordenador(a) do curso
2.6	Carga horária de coordenação de curso
2.7	Titulação do corpo docente do curso
2.8	Titulação do corpo docente do curso – percentual de doutores
2.9	Regime de trabalho do corpo docente do curso
2.10	Experiência profissional do corpo docente
2.11	Experiência no exercício da docência na educação básica
2.12	Experiência de magistério superior do corpo docente
2.13	Relação entre o número de docentes e o número de estudantes
2.14	Funcionamento do colegiado de curso ou equivalente
2.15	Produção científica, cultural, artística ou tecnológica
2.16	Titulação e formação do corpo de tutores do curso
2.17	Experiência do corpo de tutores em educação a distância
2.18	Relação docentes e tutores – presenciais e a distância – por estudante
2.19	Responsabilidade docente pela supervisão da assistência médica
2.20	Núcleo de apoio pedagógico e experiência docente
Dimensão 3 - Infraestrutura	
3.1	Gabinetes de trabalho para professores Tempo Integral – TI
3.2	Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços acadêmicos
3.3	Sala de professores
3.4	Salas de aula
3.5	Acesso dos alunos a equipamentos de informática
3.6	Bibliografia básica
3.7	Bibliografia complementar
3.8	Periódicos especializados
3.9	Laboratórios didáticos especializados: quantidade
3.10	Laboratórios didáticos especializados: qualidade
3.11	Laboratórios didáticos especializados: serviços

3.12	Sistema de controle de produção e distribuição de material didático (logística)
3.13	Núcleo de Práticas Jurídicas: atividades básicas
3.14	Núcleo de Práticas Jurídicas: atividades de arbitragem, negociação e mediação
3.15	Unidades hospitalares de ensino e complexo assistencial
3.16	Sistema de referência e contrarreferência
3.17	Biotérios
3.18	Laboratórios de ensino
3.19	Laboratórios de habilidades
3.20	Protocolos de experimentos
3.21	Comitê de ética em pesquisa
Requisitos Legais e Normativos	
4.1	Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso
4.2	Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena
4.3	Titulação do corpo docente
4.4	Núcleo Docente Estruturante (NDE)
4.5	Denominação dos Cursos Superiores de Tecnologia
4.6	Carga horária mínima, em horas – para Cursos Superiores de Tecnologia
4.7	Carga horária mínima, em horas – para Bacharelados e Licenciaturas
4.8	Tempo de integralização
4.9	Condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida
4.10	Disciplina de Libras
4.11	Prevalência de avaliação presencial para EaD
4.12	Informações acadêmicas
4.13	Políticas de educação ambiental

Anexo 2: Extrato do Instrumento de Avaliação Externa de Cursos – Agosto de 2015

Dimensão 1 – Organização Didático-Pedagógica	
1.1	Contexto educacional
1.2	Políticas institucionais no âmbito do curso
1.3	Objetivos do curso
1.4	Perfil profissional do egresso
1.5	Estrutura curricular
1.6	Conteúdos curriculares
1.7	Metodologia
1.8	Estágio curricular supervisionado
1.9	Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da Educação Básica
1.10	Estágio curricular supervisionado – relação entre licenciandos, docentes e supervisores da rede de escolas da Educação Básica
1.11	Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática
1.12	Atividades complementares
1.13	Trabalho de conclusão de curso (TCC)
1.14	Apoio ao discente
1.15	Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso
1.16	Atividades de tutoria
1.17	Tecnologias de informação e comunicação – TICs – no processo ensino-aprendizagem
1.18	Material didático institucional
1.19	Mecanismos de interação entre docentes, tutores e estudantes
1.20	Procedimentos de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem
1.21	Número de vagas
1.22	Integração com as redes públicas de ensino
1.23	Integração com o sistema local e regional de saúde e o SUS - relação alunos/docente
1.24	Integração do curso com o sistema local e regional de saúde/SUS – relação alunos/usuário
1.25	Atividades práticas de ensino
1.26	Atividades práticas de ensino para áreas da saúde
1.27	Atividades práticas de ensino para Licenciaturas
Dimensão 2 – Corpo Docente e Tutorial	
2.1	Atuação do Núcleo Docente Estruturante – NDE
2.2	Atuação do(a) coordenador(a)
2.3	Experiência do(a) coordenador(a) do curso em cursos a distância
2.4	Experiência profissional, de magistério superior e de gestão acadêmica do(a) coordenador(a)
2.5	Regime de trabalho do(a) coordenador(a) do curso
2.6	Carga horária de coordenação de curso
2.7	Titulação do corpo docente do curso
2.8	Titulação do corpo docente do curso – percentual de doutores
2.9	Regime de trabalho do corpo docente do curso
2.10	Experiência profissional do corpo docente
2.11	Experiência no exercício da docência na educação básica
2.12	Experiência de magistério superior do corpo docente
2.13	Relação entre o número de docentes e o número de estudantes
2.14	Funcionamento do colegiado de curso ou equivalente
2.15	Produção científica, cultural, artística ou tecnológica
2.16	Titulação e formação do corpo de tutores do curso
2.17	Experiência do corpo de tutores em educação a distância
2.18	Relação docentes e tutores – presenciais e a distância – por estudante
2.19	Responsabilidade docente pela supervisão da assistência médica
2.20	Núcleo de apoio pedagógico e experiência docente
Dimensão 3 - Infraestrutura	
3.1	Gabinetes de trabalho para professores Tempo Integral – TI
3.2	Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços acadêmicos
3.3	Sala de professores
3.4	Salas de aula
3.5	Acesso dos alunos a equipamentos de informática

3.6	Bibliografia básica
3.7	Bibliografia complementar
3.8	Periódicos especializados
3.9	Laboratórios didáticos especializados: quantidade
3.10	Laboratórios didáticos especializados: qualidade
3.11	Laboratórios didáticos especializados: serviços
3.12	Sistema de controle de produção e distribuição de material didático (logística)
3.13	Núcleo de Práticas Jurídicas: atividades básicas
3.14	Núcleo de Práticas Jurídicas: atividades de arbitragem, negociação e mediação
3.15	Unidades hospitalares e complexo assistencial, conveniados
3.16	Sistema de referência e contrarreferência
3.17	Biotérios
3.18	Laboratórios de ensino para área da saúde
3.19	Laboratórios de habilidades
3.20	Protocolos de experimentos
3.21	Comitê de ética em pesquisa (CEP)
3.22	Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA)
Requisitos Legais e Normativos	
4.1	Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso
4.2	Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica
4.3	Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena
4.4	Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos
4.5	Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista
4.6	Titulação do corpo docente
4.7	Núcleo Docente Estruturante (NDE)
4.8	Denominação dos Cursos Superiores de Tecnologia
4.9	Carga horária mínima, em horas – para Cursos Superiores de Tecnologia
4.10	Carga horária mínima, em horas – para Bacharelados e Licenciaturas
4.11	Tempo de integralização
4.12	Condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida
4.13	Disciplina de Libras
4.14	Prevalência de avaliação presencial para EaD
4.15	Informações acadêmicas
4.16	Políticas de educação ambiental
4.17	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena

Apêndices

Apêndice 1 – Roteiro da Entrevista com gestores

- 1) Há quanto tempo você trabalha na UFPel?
- 2) Ocupa ou ocupou função de gestor na UFPel? Em caso positivo, descrever funções desempenhadas, suas principais atribuições e tempo de permanência.
- 3) Qual é o seu conhecimento sobre as avaliações externas de cursos de graduação, vinculadas ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES?
- 4) Qual é o seu conhecimento sobre as dimensões e indicadores avaliados pelo SINAES?
- 5) Há divulgação dos resultados e dos relatórios das avaliações externas de curso na UFPel?
- 6) Qual é o seu conhecimento sobre os resultados das avaliações externas recebidas pelos cursos de graduação da UFPel? Como e quando esses resultados chegam ao seu conhecimento?
- 7) Há participação do seu Setor/Núcleo/Comissão/Pró-Reitoria nas diversas fases dos processos avaliativos externos de cursos de graduação? Em caso positivo, descreva essa participação.
- 8) Em sua opinião, qual a importância das avaliações externas de curso para o planejamento e para a gestão institucionais?
- 9) Em relação ao planejamento de ações institucionais para a melhoria da qualidade dos cursos de graduação da UFPel, há a preocupação da gestão em analisar os resultados obtidos pelos cursos nas avaliações externas, a fim de propor metas e objetivos para sanear as fragilidades e para incentivar as boas práticas apontadas pelos avaliadores *in loco*? Em caso positivo, descreva as principais ações instituídas pelo seu Setor/Núcleo/Comissão/Pró-Reitoria para a correção das fragilidades e para o incentivo das boas práticas apontadas pelos avaliadores nos relatórios das visitas *in loco* recebidas pelos cursos da UFPel

Apêndice 2 - Tabela 7 – Conceitos por dimensão e Conceitos finais obtidos pelos Cursos avaliados no período estudado

Legenda:

R: Reconhecimento de Curso

RR: Renovação de Reconhecimento de Curso

Reav. R.: Reavaliação de Reconhecimento de Curso

Curso	Tipo Avaliação	Dimensão 1 - Organização Didático-Pedagógica	Dimensão 2 - Corpo Docente e Tutorial	Dimensão 3 - Infraestrutura	Conceito Final
ADMINISTRAÇÃO	R	3,4	4,4	3	4
ADMINISTRAÇÃO	R	3,9	4,4	3,4	4
AGROINDUSTRIA	R	2,9	4,1	2,3	3
ALIMENTOS	R	2,8	4,3	3,6	3
ALIMENTOS	RR	4,1	4,7	4,5	4
ANTROPOLOGIA	R	4,3	5	3,6	4
BIOTECNOLOGIA	R	4,8	4,6	3,5	4
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - LICENCIATURA	RR	4,4	4	4,1	4
CINEMA DE ANIMAÇÃO	R	3,7	4,5	4	4
CINEMA E ANIMAÇÃO	R	4,9	4,6	4	5
CINEMA E AUDIOVISUAL	R	4,1	4,8	3,6	4
CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE BENS CULTURAIS MÓVEIS	R	3,6	4,3	2,6	4
DANÇA	R	3	3,8	2	3
DIREITO	RR	3,5	4,4	3,4	4
EDUCAÇÃO FÍSICA	R	3,8	4,4	3,7	4
ENGENHARIA AGRÍCOLA	RR	4	4,5	3,9	4
ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA	R	3,6	4,1	3,9	4
ENGENHARIA CIVIL	R	3,5	4,3	2,8	4
ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO	R	4	4,5	4,1	4
ENGENHARIA DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO	R	3,5	4,1	2,9	4
ENGENHARIA DE MATERIAIS	R	4,3	4,4	3,6	4
ENGENHARIA DE PETRÓLEO	R	3,1	3,9	2,2	3
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	R	3,5	4,3	2,9	4
ENGENHARIA ELETRÔNICA	R	3,7	3,8	3,2	4
ENGENHARIA ELETRÔNICA	RR	4,3	4,3	2,9	4
ENGENHARIA GEOLÓGICA	R	4	4,8	2,4	4
ENGENHARIA	R	4,6	4,6	4,4	5

HÍDRICA					
ENGENHARIA INDUSTRIAL MADEIREIRA	RR	3,7	4,5	3,2	4
FARMÁCIA	R	2,9	3,7	2,9	3
GASTRONOMIA	R	4,4	4	3,5	4
GEOGRAFIA	R	4,9	4,8	4,5	5
GEOPROCESSAMENTO	R	3,4	4,3	3,1	4
GEOPROCESSAMENTO	RR	3,4	3,9	2,5	3
GESTÃO AMBIENTAL	R	3,8	3,8	4,2	4
GESTÃO AMBIENTAL	R	3,3	4,5	2,8	4
GESTÃO AMBIENTAL	R	2,4	4,3	2,7	3
GESTÃO AMBIENTAL	Reav. R.	3,5	4,3	3,4	4
GESTÃO DE COOPERATIVAS	R	3,4	3,9	2,8	3
GESTÃO PÚBLICA	RR	3,9	4,6	3,1	4
HISTÓRIA	R	4	4,6	2,8	4
HOTELARIA	R	3,6	4,2	4	4
JORNALISMO	R	2,9	4,2	1,9	3
JORNALISMO	RR	4,5	4,8	2,7	4
LETRAS - PORTUGUÊS - ESPANHOL	RR	4,3	4,8	4,5	5
LETRAS - PORTUGUÊS/ALEMÃO	R	3,7	4,5	2	3
LETRAS - PORTUGUÊS/ALEMÃO	R	3,9	4,5	3	4
LETRAS - REDAÇÃO E REVISÃO DE TEXTOS	R	3,5	4,1	3,3	4
LETRAS - TRADUÇÃO ESPANHOL - PORTUGUÊS	R	3,5	4,7	1,8	3
LETRAS - TRADUÇÃO INGLÊS - PORTUGUÊS	R	4,1	4,7	2,2	4
MATEMÁTICA (noturno)	R	3,5	3,9	2,1	3
MATEMÁTICA (noturno)	RR	4,3	4,2	2,6	4
MEDICINA	RR	3,2	4,1	3,1	3
MEDICINA VETERINÁRIA (Turma Especial)	R	4,2	4,5	3,7	4
MUSEOLOGIA	RR	3,7	4,2	2,8	4
MÚSICA - CIÊNCIAS MUSICAIS	R	3,5	4,5	2,9	4
MÚSICA - COMPOSIÇÃO	R	4,3	4,5	3,6	4
MÚSICA - VIOLÃO	RR	3,8	4,7	3,1	4
MÚSICA CANTO	RR	3,1	4,1	1,8	3
MÚSICA FLAUTA	RR	4,2	5	2,9	4
MÚSICA PIANO	RR	4,3	4,5	3,2	4
MÚSICA POPULAR	R	3,4	4,5	2,6	3
MÚSICA POPULAR	RR	4	4,8	3,6	4
MÚSICA VIOLINO	RR	3,6	4,5	2,6	4
MÚSICA-CANTO	RR	4,5	4,6	3,5	4
PROCESSOS GERENCIAIS	R	3,6	4,8	2,5	4
PSICOLOGIA	R	2,8	4,2	2,5	3

QUÍMICA - LICENCIATURA	RR	4,4	4,4	4,2	4
QUÍMICA DE ALIMENTOS	RR	2,8	4,1	2,1	3
QUÍMICA FORENSE	R	3,4	4,3	3,6	4
QUÍMICA INDUSTRIAL	R	4,1	4,6	3,8	4
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	R	4,3	4,3	4,3	4
TEATRO	R	2,9	4,1	1,8	3
TERAPIA OCUPACIONAL	R	3,9	3,5	2,9	3
TRANSPORTE TERRESTRE	R	3,9	4,6	2,1	4
TRANSPORTE TERRESTRE	Reav. R	3,9	4,8	2,5	4
VITICULTURA E ENOLOGIA	R	3,3	3,8	3	3
ZOOTECNIA	R	3,1	4	2,5	3
Média		3,74	4,36	3,11	3,78

Fonte: Elaborado pela autora (2018), a partir dos Relatórios de avaliação externa de cursos datados de maio de 2012 a dezembro de 2017, vigência dos instrumentos de avaliação de 2012 e 2015, e dos relatórios e planilhas desenvolvidas pelo Núcleo de Regulação de Cursos da UFPel.

Apêndice 3 - Tabela 8 – Quantidade/Conceitos obtidos pelos Cursos de graduação da UFPel avaliados no período estudado – Instrumento de Avaliação Externa – 2012

NSA: Não Se Aplica

Instrumento de Avaliação Externa de Cursos – 2012 – 59 avaliações							
Dimensão 1 – Organização Didático-Pedagógica		Quantidade/Conceitos obtidos					%
		1	2	3	4 e 5	NSA	% conceitos 1 a 3
1.1	Contexto educacional	0	4	20	35	-	40,68
1.2	Políticas institucionais no âmbito do curso	6	6	22	25	-	57,63
1.3	Objetivos do curso	0	1	20	38	-	35,59
1.4	Perfil profissional do egresso	0	1	21	37	-	37,29
1.5	Estrutura curricular	0	6	19	34	-	42,37
1.6	Conteúdos curriculares	0	7	20	32	-	45,76
1.7	Metodologia	1	0	20	38	-	35,59
1.8	Estágio curricular supervisionado	1	6	13	31	8	33,90
1.9	Atividades complementares	0	1	17	41	-	30,51
1.10	Trabalho de conclusão de curso (TCC)	0	3	11	37	8	23,73
1.11	Apoio ao discente	0	3	15	41	-	30,51
1.12	Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso	8	13	23	15	-	74,58
1.13	Atividades de tutoria	0	0	0	1	58	0
1.14	Tecnologias de informação e comunicação – TICs – no processo ensino-aprendizagem	1	3	22	33	-	44,07
1.15	Material didático institucional	0	0	1	1	57	1,69
1.16	Mecanismos de interação entre docentes, tutores e estudantes	0	0	1	2	56	1,69
1.17	Procedimentos de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem	0	0	20	39	-	33,90
1.18	Número de vagas	0	7	12	40	-	32,20
1.19	Integração com as redes públicas de ensino	0	0	3	2	54	5,08
1.20	Integração com o sistema local e regional de saúde e o SUS	1	0	0	1	57	1,69
1.21	Ensino na área de saúde	0	0	0	0	59	0

1.22	Atividades práticas de ensino	0	0	0	0	59	0
Dimensão 2 – Corpo Docente e Tutorial		1	2	3	4 e 5	NSA	% conceitos 1 a 3
2.1	Atuação do Núcleo Docente Estruturante – NDE	3	4	23	29	0	50,85
2.2	Atuação do(a) coordenador(a)	0	3	7	49	0	16,95
2.3	Experiência do(a) coordenador(a) do curso em cursos a distância	0	0	0	0	59	0
2.4	Experiência profissional, de magistério superior e de gestão acadêmica do(a) coordenador(a)	0	3	12	44	0	25,42
2.5	Regime de trabalho do(a) coordenador(a) do curso	0	0	3	56	-	5,08
2.6	Carga horária de coordenação de curso	0	0	1	9	49	1,69
2.7	Titulação do corpo docente do curso	0	0	1	58	-	1,69
2.8	Titulação do corpo docente do curso – percentual de doutores	0	0	3	56	-	5,08
2.9	Regime de trabalho do corpo docente do curso	0	0	1	58	-	1,69
2.10	Experiência profissional do corpo docente	0	16	14	27	2	50,85
2.11	Experiência no exercício da docência na educação básica	0	2	1	2	54	5,08
2.12	Experiência de magistério superior do corpo docente	0	0	2	57	-	3,39
2.13	Relação entre o número de docentes e o número de estudantes	0	0	0	1	58	0
2.14	Funcionamento do colegiado de curso ou equivalente	0	3	19	37	-	37,29
2.15	Produção científica, cultural, artística ou tecnológica	2	7	12	38	-	35,59
2.16	Titulação e formação do corpo de tutores do curso	0	0	0	0	59	0
2.17	Experiência do corpo de tutores em educação a distância	0	0	0	0	59	0
2.18	Relação docentes e	0	0	0	0	59	0

	tutores – presenciais e a distância – por estudante						
2.19	Responsabilidade docente pela supervisão da assistência médica	0	0	0	0	59	0
2.20	Núcleo de apoio pedagógico e experiência docente	0	0	0	0	59	0
Dimensão 3 - Infraestrutura		1	2	3	4 e 5	NSA	% conceitos 1 a 3
3.1	Gabinetes de trabalho para professores Tempo Integral – TI	21	10	17	11	-	81,36
3.2	Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços acadêmicos	3	13	23	20	-	66,10
3.3	Sala de professores	3	10	19	9	18	78,05
3.4	Salas de aula	2	6	28	23	-	61,01
3.5	Acesso dos alunos a equipamentos de informática	1	12	20	26	-	55,93
3.6	Bibliografia básica	16	12	19	12	-	79,66
3.7	Bibliografia complementar	18	11	13	17	-	71,19
3.8	Periódicos especializados	7	3	9	40	-	32,20
3.9	Laboratórios didáticos especializados: quantidade	3	10	14	18	14	42,9
3.10	Laboratórios didáticos especializados: qualidade	4	11	12	18	14	41,7
3.11	Laboratórios didáticos especializados: serviços	3	12	12	14	18	65,85
3.12	Sistema de controle de produção e distribuição de material didático (logística)	1	0	0	0	58	1,69
3.13	Núcleo de Práticas Jurídicas: atividades básicas	0	0	0	1	58	0
3.14	Núcleo de Práticas Jurídicas: atividades de arbitragem, negociação e mediação	0	0	0	1	58	0
3.15	Unidades hospitalares de ensino e complexo assistencial	0	0	0	0	59	0
3.16	Sistema de referência	0	0	0	0	59	0

	e contrarreferência						
3.17	Biotérios	0	0	1	0	58	1,69
3.18	Laboratórios de ensino	0	1	0	1	57	1,69
3.19	Laboratórios de habilidades	0	0	0	0	59	0
3.20	Protocolos de experimentos	0	0	1	0	58	1,69
3.21	Comitê de ética em pesquisa	0	0	1	0	58	1,69

Quantidade/atendimento

Requisitos Legais e Normativos		Sim	Não	NSA	% Não
4.1	Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso	48	6	5	10,17
4.2	Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena	32	27	-	45,76
4.3	Titulação do corpo docente	49	10	-	16,95
4.4	Núcleo Docente Estruturante (NDE)	54	5	-	8,47
4.5	Denominação dos Cursos Superiores de Tecnologia	15	0	44	0
4.6	Carga horária mínima, em horas – para Cursos Superiores de Tecnologia	14	2	43	3,39
4.7	Carga horária mínima, em horas – para Bacharelados e Licenciaturas	43	3	13	5,08
4.8	Tempo de integralização	48	1	10	1,69
4.9	Condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida	34	25	-	42,37
4.10	Disciplina de Libras	54	5	-	8,47
4.11	Prevalência de avaliação presencial para EaD	4	0	55	0
4.12	Informações acadêmicas	58	1	-	1,69
4.13	Políticas de educação ambiental	42	17	-	40,48

Fonte: Elaborado pela autora (2018), a partir dos Relatórios de avaliação externa de cursos, datados de maio de 2012 a dezembro de 2017, vigência dos instrumentos de avaliação de 2012 e 2015.

Apêndice 4 - Tabela 9 – Quantidade/Conceitos obtidos pelos Cursos de graduação da UFPel avaliados no período estudado – Instrumento de Avaliação Externa – 2015

NSA: Não Se Aplica

Instrumento de Avaliação Externa de Cursos – 2015 – 18 avaliações							
Dimensão 1 – Organização Didático-Pedagógica		Quantidade/Conceitos obtidos					%
		1	2	3	4 e 5	NSA	% conceitos 1 a 3
1.1	Contexto educacional	0	0	8	10	-	44,4
1.2	Políticas institucionais no âmbito do curso	0	2	3	13	-	27,78
1.3	Objetivos do curso	0	0	2	16	-	11,11
1.4	Perfil profissional do egresso	0	0	1	17	-	5,55
1.5	Estrutura curricular	0	0	7	11	-	38,9
1.6	Conteúdos curriculares	0	0	8	10	-	44,4
1.7	Metodologia	0	0	1	17	-	5,55
1.8	Estágio curricular supervisionado	0	0	2	10	6	11,11
1.9	Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da Educação Básica	0	0	0	4	14	0
1.10	Estágio curricular supervisionado – relação entre licenciandos, docentes e supervisores da rede de escolas da Educação Básica	0	0	0	4	14	0
1.11	Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática	0	0	0	4	14	0
1.12	Atividades complementares	0	0	4	14	-	22,22
1.13.	Trabalho de conclusão de curso (TCC)	0	1	2	9	6	16,67
1.14	Apoio ao discente	0	0	4	14	-	22,22
1.15	Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso	0	1	8	9	-	50
1.16	Atividades de tutoria	0	0	1	0	17	5,55
1.17	Tecnologias de informação e comunicação – TICs – no processo ensino-aprendizagem	0	3	6	9	-	50
1.18	Material didático institucional	0	0	0	0	18	0
1.19	Mecanismos de	0	0	0	0	18	0

	interação entre docentes, tutores e estudantes						
1.20	Procedimentos de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem	0	1	2	15	-	16,67
1.21	Número de vagas	0	1	3	14	-	22,22
1.22	Integração com as redes públicas de ensino	0	0	0	5	13	0
1.23	Integração com o sistema local e regional de saúde e o SUS - relação alunos/docente	0	0	0	1	-	0
1.24	Integração do curso com o sistema local e regional de saúde/SUS – relação alunos/usuário	0	0	0	1	-	0
1.25	Atividades práticas de ensino	0	0	0	0	18	0
1.26	Atividades práticas de ensino para áreas da saúde	0	0	1	0	-	5,55
1.27	Atividades práticas de ensino para Licenciaturas	0	0	0	4	-	0
Dimensão 2 – Corpo Docente e Tutorial		1	2	3	4 e 5	NSA	% conceitos 1 a 3
2.1	Atuação do Núcleo Docente Estruturante – NDE	0	1	3	14	-	22,22
2.2	Atuação do(a) coordenador(a)	0	0	4	14	-	22,22
2.3	Experiência profissional, de magistério superior e de gestão acadêmica do (a) coordenador (a)	0	0	4	14	-	22,22
2.4	Regime de trabalho do (a) coordenador (a) do curso	0	0	0	18	-	0
2.5	Carga horária de coordenação de curso – EAD	0	0	0	1	17	0
2.6	Titulação do corpo docente do curso	0	0	0	18	-	0
2.7	Titulação do corpo docente do curso – percentual de doutores	0	0	0	18	-	0
2.8	Regime de trabalho do corpo docente do curso	0	0	0	18	-	0
2.9	Experiência profissional do corpo docente	3	1	4	9	1	47,06

2.10	Experiência no exercício da docência na educação básica	2	1	0	2	13	16,67
2.11	Experiência de magistério superior do corpo docente	0	0	0	18	-	0
2.12	Relação entre o número de docentes e o número de estudantes – EAD	0	0	0	0	18	0
2.13	Funcionamento do colegiado de curso ou equivalente	0	0	3	15	-	16,67
2.14	Produção científica, cultural, artística ou tecnológica	0	1	0	17	-	5,55
2.15	Titulação e formação do corpo de tutores do curso – EAD	0	0	0	0	18	0
2.16	Experiência do corpo de tutores em educação a distância – EAD	0	0	0	0	18	0
2.17	Relação docentes e tutores – presenciais e a distância – por estudante – EAD	0	0	0	0	18	0
2.18	Responsabilidade docente pela supervisão da assistência médica	0	0	0	1	17	0
2.19	Responsabilidade docente pela supervisão da assistência odontológica Exclusivo para o curso de Odontologia	0	0	0	0	18	0
2.20	Núcleo de apoio pedagógico e experiência docente	1	0	0	0	17	5,55
Dimensão 3 - Infraestrutura		1	2	3	4 e 5	NSA	% conceitos 1 a 3
3.1	Gabinetes de trabalho para professores Tempo Integral – TI	3	6	5	4	-	77,8
3.2	Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços acadêmicos	0	2	9	7	-	61,1
3.3	Sala de professores	2	3	8	1	4	72,22
3.4	Salas de aula	0	0	9	9	-	50
3.5	Acesso dos alunos a equipamentos de informática	0	2	12	4	-	77,8
3.6	Bibliografia básica	2	2	8	6	-	66,7
3.7	Bibliografia	2	3	6	7	-	61,1

	complementar						
3.8	Periódicos especializados	0	1	3	14	-	22,22
3.9	Laboratórios didáticos especializados: quantidade	1	0	3	10	4	22,22
3.10	Laboratórios didáticos especializados: qualidade	1	0	6	7	4	38,89
3.11	Laboratórios didáticos especializados: serviços	1	0	5	6	6	33,33
3.12	Sistema de controle de produção e distribuição de material didático (logística) – EAD	0	0	0	0	18	0
3.13	Núcleo de Práticas Jurídicas: atividades básicas	0	0	0	0	18	0
3.14	Núcleo de Práticas Jurídicas: atividades de arbitragem, negociação e mediação	0	0	0	0	18	0
3.15	Unidades hospitalares e complexo assistencial, conveniados	0	0	0	1	17	0
3.16	Sistema de referência e contrarreferência	0	0	0	1	17	0
3.17	Biotérios	0	0	0	1	17	0
3.18	Laboratórios de ensino para área da saúde	0	0	1	0	17	5,55
3.19	Laboratórios de habilidades	0	1	0	0	17	5,55
3.20	Protocolos de experimentos	0	0	1	0	17	5,55
3.21	Comitê de ética em pesquisa (CEP)	0	0	0	2	16	0
3.22	Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA)	0	0	0	0	18	0

Quantidade/atendimento

Requisitos Legais e Normativos		Sim	Não	NSA	% Não
4.1	Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso	17	0	1	0
4.2	Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica	4	0	14	0
4.3	Diretrizes	17	1	0	5,55

	Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena				
4.4	Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos	12	0	6	0
4.5	Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista	11	1	6	5,55
4.6	Titulação do corpo docente	18	0	0	0
4.7	Núcleo Docente Estruturante (NDE)	18	0	0	0
4.8	Denominação dos Cursos Superiores de Tecnologia	4	0	14	0
4.9	Carga horária mínima, em horas – para Cursos Superiores de Tecnologia	4	1	13	5,55
4.10	Carga horária mínima, em horas – para Bacharelados e Licenciaturas	14	0	4	0
4.11	Tempo de integralização	14	0	4	0
4.12	Condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida	17	1	0	5,55
4.13	Disciplina de Libras	18	0	0	0
4.14	Prevalência de avaliação presencial para EaD	0	0	18	0
4.15	Informações acadêmicas	18	0	0	0
4.16	Políticas de educação ambiental	18	0	0	0
4.17	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena	4	0	14	0

Fonte: Elaborado pela autora (2018), a partir dos Relatórios de avaliação externa de cursos, datados de maio de 2012 a dezembro de 2017, vigência dos instrumentos de avaliação de 2012 e 2015.